

3

“Obreiros da Grande Cruzada da Redenção da Raça Indígena Brasileira”: a atuação da Inspetoria Indigenista de Mato Grosso

3.1

Estado, exército e positivismo

O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) se dispersava espacialmente no território nacional através da criação e estabelecimento de suas inspetorias regionais. Tais inspetorias ficavam encarregadas da fundação de postos indígenas a serem dispostos estrategicamente no espaço territorial dos estados da federação.

A Inspetoria do SPILTN para o estado do Mato Grosso por meio da instalação de postos indígenas em zonas geográficas estratégicas do território matogrossense dava continuidade a um processo de territorialização indigenista no estado que teve seu início nas empreitadas colonizadoras das comissões construtoras de linhas telegráficas comandadas pelo estadista Cândido Rondon.

As ações simultâneas e planejadas em conjunto pela inspetoria indigenista e a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMG) se serviram de toda experiência indigenista acumulada pela atuação da 1ª Comissão Rondon, a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso, que interviria sobre terras e populações indígenas do sul do estado entre 1900 e 1906.

A experiência indigenista mencionada se refere a um acúmulo de saberes regionais adquiridos pelos agentes sociais atuantes nas comissões telegráficas a partir da vivência junto a grupos indígenas em seus territórios étnicos. Se por um lado tais agentes já detinham noções de um saber técnico, agrônômico, geográfico ou etnográfico antes de ingressarem nas expedições que compunham as comissões, por outro, os saberes mencionados ganhavam maior consistência na prática de suas funções dentro das terras indígenas.

Tais saberes conferiam às ações dos agentes militares, representantes do estado-nacional, um caráter de legitimidade para intervir sobre o espaço e sociedades indígenas locais a fim de englobá-los sob a esfera do poder administrativo governamental.

Os grupos indígenas de Mato Grosso começaram a se perceber cercados por pessoas estranhas às suas terras: sujeitos que se apresentavam como representantes do governo de um local chamado Rio de Janeiro e de uma nação chamada Brasil. Os contatos e aproximações se estabeleciam na esfera local, de acordo com as conveniências das circunstâncias, após o julgamento e análise dos chefes indígenas locais sobre os momentos mais adequados para estabelecer o início de uma relação.

Os indígenas se orientavam pelas suas experiências adquiridas em relacionamentos pretéritos com grupos de não-índios a fim de decidir se lhes seria conveniente e desejável iniciar novas relações de convivência. Se lhes parecesse favorável naquela conjuntura tomavam a iniciativa de firmar acordos com os representantes do Brasil.

Por sua vez, os agentes governamentais, no afã de estabelecer contatos com grupos indígenas regionais, não agiam por conveniência, mas sim pela necessidade de cumprir ordens emanadas das camadas políticas dirigentes do estado-nacional. O que informava suas ações de aproximação junto aos índios na esfera regional era um planejamento governamental-administrativo elaborado no âmbito nacional.

Nos bastidores da encenação estratégica de atuações locais de agentes do governo junto a grupos indígenas encontramos a colaboração administrativa de dois Ministérios de Estado. Um ofício datado de 1912 do ministro da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) direcionado ao ministro da Guerra nos ajuda a elucidar a questão:

Organizada a Diretoria Geral do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, sob os melhores auspícios e o influxo dos sentimentos cívicos dos mais esclarecidos estadistas brasileiros no passado e no presente, foi com a maior confiança na continuidade de uma avisada cooperação, que este Ministério solicitou do da Guerra se dignasse de conceder certo número de oficiais do Exército para servir à aludida Diretoria. (...)

De fato, postos à disposição deste Ministério foram os oficiais, sem exceção de um só, encarregados dos serviços das inspetorias, quer como inspetores, quer como ajudantes ou auxiliares. Para a função mais árdua, mais espinhosa, mais importante para o êxito da Diretoria e, sem dúvida, da maior responsabilidade.

Não preciso detalhar aqui os encargos desses funcionários, pois sabeis perfeitamente a natureza de todos eles, bastando recordar que no desempenho dessa missão os militares nomeados encontram um excelente campo de ação para o exercício e desenvolvimento de qualidades e conhecimentos necessários à sua própria profissão; estudo prático do território nacional, quer sob o ponto de vista

físico, quer sob o aspecto astronômico e geodésico, os hábitos de acampamento e de exposição às intempéries o prepara para a resistência às provações, o costume das marchas acidentadas, o exercício da coragem e da firmeza, da calma e da energia, em face dos perigos vários, a prática do comando de expedições e da educação do sentimento cívico pela consciência do bem e do devotado concurso que assim prestam para a obra de civilização e do progresso da Pátria, cuja bandeira sagrada é diariamente levantada em seus acampamentos por especial determinação da Diretoria Geral.

Assumindo os respectivos cargos, os referidos oficiais entraram logo em pleno exercício de suas funções, desenvolvendo a maior atividade em busca dos índios nos seios das florestas ou na margem dos rios interiores. Para isso, foi mister, primeiro, que os funcionários se impusessem ao respeito e à confiança das populações esquivas do sertão, mormente os índios mansos, ou aldeados, cujo auxílio é um elemento relevante na pacificação dos que, em grande maioria, se acham ainda em estado selvagem e francamente hostis a qualquer aproximação.

É aquele – o da conquista da confiança – um trabalho especial e em torno do qual vai, em grande parte, se apoiar a ação do inspetor. Para isso, a permanência nos sítios prediletos, a constância nas mostras de amizade e convivência prolongada, são condições indispensáveis. Felizmente, os devotados inspetores, assim praticando, estão hoje verdadeiramente acreditados por todos e, portanto, em situação propícia para o prosseguimento da pacificação almejada. Os intérpretes, e mais do que estes as tribos já pacificadas, pela confiança que depositam na lealdade e nas promessas de constante auxílio por parte do inspetor, se dispõem agora a empreender viagens às malocas que conhecem afim de cooperar para o êxito da missão pacificadora (...)⁶⁵

Trata-se de um ofício ambientado historicamente no terceiro ano de funcionamento do SPILTN e no ano posterior à criação da Inspetoria de Mato Grosso; portanto o documento é revelador dos primórdios das atividades do Serviço em sua busca permanente de maior apoio e legitimidade perante os diferentes órgãos e aparelhos do Estado. Por meio deste ofício, Pedro de Toledo, Ministro da Agricultura que sucedera Rodolfo Miranda, se dirige ao Ministro da Guerra nos revelando os bastidores de uma política indigenista estruturada em âmbito nacional.

Pedro de Toledo busca convencer seu companheiro estadista dos benefícios que resultariam do engajamento e da permanência dos agentes do Exército junto ao SPILTN, num contexto histórico em que o Ministério da Guerra

⁶⁵ Fragmento extraído da obra de LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Um Grande Cerco de Paz: Poder tutelar, indianidade e formação de Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995, p. 149-150. O autor indica as referências da fonte primária: Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI; microfilme 334; fotogramas 06-10.

havia recentemente solicitado o retorno para seus quadros dos oficiais militares dispersos em vários órgãos federais⁶⁶.

O documento transcrito ainda nos é mais revelador quando lembramos que a CLTEGMA era subordinada administrativamente ao Ministério da Guerra assim como o SPILTAN era subordinado ao Ministério da Agricultura. Atentar para esta cooperação administrativa no âmbito nacional é bastante importante para o entendimento das relações administrativas construídas entre a CLTEGMA e a Inspeção indigenista do Mato Grosso no âmbito regional.

Para além de chamar a atenção sobre este aspecto da colaboração administrativa de dois ministérios estatais no que diz respeito à política indigenista que estava sendo traçada para os índios no Brasil é significativo o grau de importância que o ministro confere aos inspetores do Serviço: função que seria ocupada primordialmente por oficiais militares. A importância atribuída à ação indigenista na esfera regional é um traço bastante marcante do documento transcrito.

Pela atuação regional das inspeções do SPILTAN é que se poderia comprovar a eficácia das políticas indigenistas formuladas nos gabinetes governamentais do Rio de Janeiro. Os militares encarregados das inspeções são apresentados como os elos entre a Diretoria Nacional do Serviço – onde se elaboravam as teorias administrativas – e os estabelecimentos indigenistas sediados no âmbito regional/local – onde eram colocados em prática os planejamentos governamentais.

Por mais que percebamos os artifícios retóricos discursivos do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio na tentativa de convencimento do Ministro da Guerra, o que se constata neste ofício é o papel de protagonismo a ser exercido pelos inspetores do SPILTAN em suas funções administrativo-indigenistas. Muita confiança era depositada neles, pois deles dependeria o êxito do órgão protecionista: as inspeções indigenistas deveriam funcionar como os elos entre o local e o nacional. Este era o peso que os agentes militares deveriam carregar ao serem designados para tais funções, internalizando-as como missão patriótica, naquele momento histórico inicial de atuação local do SPILTAN.

⁶⁶ Ver obra citada de Antonio Carlos de Souza Lima.

Seria conveniente tecer algumas reflexões sobre os “esclarecidos estadistas brasileiros no passado e no presente” aludidos pelo ministro Pedro de Toledo. Evocar os estadistas do passado expressa um *ethos* estadista; o espírito estadista a ser incorporado por aqueles que se auto- julgavam, naquele momento histórico, como os responsáveis por estarem dando continuidade à “grandeza” do pensamento e das ações da camada política dirigente em épocas passadas. Tal imaginário nos sugere pensar que o Estado era concebido por estes agentes como uma entidade maior – quase divina – que transcendia as próprias formas de governo que adotava.

O Estado brasileiro - nascido sob o signo do Império e ressignificado sob os símbolos da República –, no olhar do governante que o incorpora, se apresenta como instituição suprema, para além de suas formas imperiais e republicanas, a guiar com sabedoria o destino do Brasil. A grandeza dos políticos brasileiros se explicava pelo esclarecimento que lhes era inerente; não eram apenas estadistas, mas sim estadistas esclarecidos.

Detinham um saber e uma inteligência que lhes conferia legitimidade para conduzir politicamente o Brasil no rumo mais adequado; sapiência esta que os diferenciava – “naturalmente” - das camadas da população que não possuíam poderes políticos. Esta era uma idéia naturalizada pelos membros do governo, produto da própria compreensão que faziam das funções político-administrativas que exerciam.

É de significativa relevância, para os fins desta dissertação, não naturalizarmos a idéia de Estado enquanto uma “entidade”, para que possamos compreendê-lo como composto por membros da sociedade. O Estado é tanto uma instituição política quanto uma instituição social. Sendo uma instituição social constituída por indivíduos/pessoas podemos também interpretá-lo enquanto um espaço institucionalizado de poder⁶⁷ permeado pelos valores culturais dos agentes sociais que o compõe.

O Estado enquanto uma instituição administrativa – gestor de um território e de uma população – é subdividido internamente por ministérios e órgãos de poder. Entendendo-o como um “corpo” administrativo é relevante enxergá-lo

⁶⁷ Espaço institucional onde são exercidos poderes políticos.

constituído por “membros” e “órgãos”. Tomar de empréstimo estes termos da biologia, designativos de um sistema estrutural de funcionamento, pode nos facilitar a sua visualização enquanto uma instituição viva e orgânica, em constante desenvolvimento e transformação, regulada por mecanismos próprios que possibilitam a sua existência.⁶⁸

Compreendendo ser o SPILTIN um órgão estatal, podemos percebê-lo como parte integrante da estrutura interna de funcionamento do Estado brasileiro. Apesar de seu pequeno porte perante outros órgãos de poder possuía uma função estratégica, senão vital, para o próprio desenvolvimento do “corpo estatal”. A expansão da influência administrativa do Estado sobre o território nacional e a população que o habitava era um objetivo político de grande importância naquele contexto histórico.

Quando pensamos no contexto regional do Mato Grosso e as cooperações administrativas entre a inspetoria local do SPILTIN e a Comissão Telegráfica a idéia de crescimento do “corpo estatal” ganha mais força. As comissões de linhas telegráficas tinham por finalidade promover a integração entre as diferentes partes do Brasil – seus territórios – e destes com o centro do poder – o coração do Estado, o Rio de Janeiro.

Sabemos, contudo, pela questão já problematizada do *ethos* estadista, que o Estado não é apenas corpo; é também espírito. Seus membros, oriundos da sociedade brasileira, impregnavam-no de valores culturais. A dependência mútua entre os órgãos estatais era algo construído através das elaborações discursivas dos agentes sociais que os compunham; destes discursos podemos captar os valores morais e simbólicos que os informam. O objetivo de consolidar esta interdependência seria contribuir com o beneficiamento do próprio Estado.

Havemos de considerar para a reflexão desta questão as influências culturais exercidas sobre distintas maneiras de agir e pensar presentes nos membros do governo: a formação cultural adquirida pelos indivíduos ao longo de sua existência social informa os seus modos de ação e pensamento.

⁶⁸ Esta compreensão orgânica do Estado é um recurso discursivo que adotei. Usar a metáfora do corpo e do espírito visa salientar, respectivamente, sua dimensão administrativa e sua dimensão cultural. O organicismo é um eixo fundamental de compreensão de outro modelo organizativo de Estado, mais autoritário, que Getúlio Vargas consolidou, bem distinto desse da Primeira República. Porém, isto não acarreta nenhuma grave implicação para a temática da dissertação.

Desta maneira podemos compreender a retórica utilizada pelo Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio em seu ofício direcionado ao ministro da Guerra não só como uma tentativa de garantir a manutenção de uma proximidade nas relações políticas estabelecidas com os militares, mas também como uma maneira estadista-hierárquica de enxergar a sociedade. Construindo discursivamente afinidades entre os órgãos e ressaltando os objetivos políticos que supostamente os assemelhariam, Pedro de Toledo cria a idéia de um benefício mútuo que resultaria desta cooperação, em prol do Estado brasileiro, o que redundaria - na sua concepção de estadista - no beneficiamento das sociedades indígenas a serem contatadas.

Esta auto-representação elaborada pelo ministro sobre o grupo político dirigente do qual faz parte é bastante significativo no contexto temático desta dissertação. Atribuindo a si mesmo e aos seus pares um caráter de grupo seletivo e especial, devido ao cargo que ocupam e ao status social que a ocupação do cargo lhes confere, Pedro de Toledo nos apresenta uma visão de mundo hierárquica própria daqueles agentes sociais membros do Estado.

Quando pensamos o Exército como uma instituição historicamente caracterizada por princípios hierarquizantes, nos é sugestivo refletir sobre esta visão hierárquica de mundo sendo potencializada no momento em que agentes sociais militares são investidos de um poder estatal. Através do exercício da função de inspetores regionais do SPILT, agentes militares poderiam enxergar a possibilidade de se utilizar de um órgão estatal para aprimorar o profissionalismo de seus quadros⁶⁹, da maneira detalhadamente descrita por Pedro de Toledo no documento transcrito.

Integrar membros do Exército ao SPILT permitia-lhes representar oficialmente o Estado perante as sociedades indígenas. Estava sendo conferida aos militares a possibilidade de agir legitimamente em nome do Estado⁷⁰: perante os índios, o Exército assumia o seu papel.

⁶⁹ A ênfase que Lima dá na análise deste documento recai na questão do treinamento e profissionalização dos quadros militares.

⁷⁰ É importante atentar para a força da relação Estado-Exército-República, para entendermos o papel do Exército dentro do Estado republicano brasileiro. O próprio fato de a República ter sido proclamada em 1889 por um marechal do Exército - Deodoro da Fonseca - e o fato dos dois primeiros presidentes do Brasil terem sido militares - marechal Deodoro (1889-1892) e marechal

Na reflexão que buscamos empreender nesta dissertação sobre as possíveis influências do nacional sobre o local – e vice-versa - se torna instigante pensar na possibilidade de um inspetor do SPILTIN se enxergar como representante do estado nacional na esfera regional. O inspetor incorporaria o espírito estadista? O seu discurso – expresso em seus relatórios⁷¹ – compartilharia características semelhantes às construções discursivas estatais? Representar a nação seria uma função auto-atribuída por um inspetor regional?

Conforme constatamos no ofício de Pedro de Toledo a cooperação entre o Ministério da Guerra e o MAIC, através da cessão de militares para ocupar cargos de comando nas inspetorias do SPILTIN, já era um processo em curso. As práticas indigenistas regionais/locais de aproximação a determinados grupos indígenas consistiam em etapas a serem cumpridas dentro de um projeto de longo prazo. As ações eram planejadas visando a gradual conquista da confiança dos índios para atingir o objetivo maior da pacificação.

Devemos chamar a atenção no discurso do ministro da Agricultura para a importância atribuída à “permanência no sítio predileto” como tática indigenista para o êxito da missão militar; tal permanência, na visão do ministro, se apresentava como condição indispensável para o sucesso da empreitada. A expressão se refere à escolha estratégica, por parte do inspetor, do local a ser assentado o aparato administrativo do Serviço dentro das terras indígenas.

A instalação de uma pequena estrutura administrativa em uma localidade situada em uma posição espacial estratégica - proximidades e distâncias consideradas apropriadas em relação às aldeias indígenas - serviria como base de operações para as ações de aproximação.

Esta pequena infra-estrutura montada poderia vir a tornar-se um posto indígena⁷² ao longo do tempo e nos diz muito sobre procedimentos iniciais

Florian Peixoto (1892-1894) - nos revela a força política da instituição militar nos primórdios do período republicano. O fato da presidência do Brasil ter sido ocupada até 1894 por oficiais militares é bastante relevante para compreendermos a influência que o Exército exerceu na estruturação do Estado brasileiro em moldes republicanos.

⁷¹ A escrita de relatórios anuais sobre a situação administrativa da Inspeção e sobre as relações de aproximação aos grupos indígenas regionais era um dever burocrático-institucional dos inspetores perante a Diretoria Nacional do SPILTIN. O tema será desenvolvido mais adiante através da análise de um relatório de um inspetor indigenista do Mato Grosso.

⁷² Devemos entender um posto indígena – unidade administrativa de ação local do SPILTIN – como um posto indigenista.

inerentes a um processo de territorialização. Processo este que pode ser compreendido como parte integrante de uma política indigenista estatal: para os fins desta dissertação, entendemos políticas indigenistas enquanto políticas estatais⁷³.

A “pacificação” dos índios, no âmbito local, era um projeto político constitutivo de um plano estatal de “proteção” aos índios. Este plano de governo sobre os índios, por sua vez, era também parte constitutiva de um projeto político ainda mais amplo: a colonização e o povoamento do território nacional. As práticas indigenistas regionais expressas nas ações dos inspetores do SPILTIN espelham esta proposta política de administração de populações e terras indígenas elaborada pelo Estado brasileiro no âmbito nacional, ou seja, não há uma exclusividade para a região do Mato Grosso.

Pensando a historicidade do processo de colonização do espaço do território nacional⁷⁴ devemos problematizar a questão do território dito nacional como totalidade pré-definida, concreta e existente, mesmo com a colonização de diversas partes do espaço geográfico pertencente a este território ainda por ser concretizada. A idéia de território nacional é uma construção administrativamente especulada como totalidade. A idéia de conjunto nacional que se articula à idéia de totalidade forma um complexo de idéias imaginadas pelos homens de Estado, para fins de administração. Aqui é importante destacar que a especulação e a imaginação predisõem ações.

Todavia, esta construção imaginária de um território designado como nacional coexiste com a unidade territorial que corresponde a um espaço geográfico pertencente ao Estado brasileiro. Esta unidade é delimitada de fato por marcos físicos e geográficos que são socializados e coletivamente reconhecidos: não é imaginada. Porém, ainda assim devemos ter a clareza de que a idéia de “unidade entre as partes” é sempre um projeto e aspiração de natureza político-administrativa e nunca algo concretizado em sua plenitude. Estas reflexões dizem

⁷³ Esta definição de política indigenista serve para ressaltar as especificidades do tipo de indigenismo praticado pelo Estado brasileiro que possuía características distintas do indigenismo praticado por congregações religiosas.

⁷⁴ Ver prefácio de Antônio Carlos de Souza Lima à obra de MENEZES, Maria Lúcia Pires. **Parque indígena do Xingu: a construção de um território estatal**. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

respeito à delimitação de fronteiras internas e externas do território entendido como nacional e internacionalmente reconhecido como brasileiro.

Refletir sobre a idéia de conjunto nacional como uma totalidade concreta nos leva a associá-la à idéia de uma harmonia entre as partes que compõem o conjunto. Devemos interpretar que esta combinação de idéias está vinculada às finalidades políticas do governo estatal.

Pelo fato dos objetivos políticos do governo possuírem sempre um caráter administrativo – gerir territórios e as populações que os habitam – visualizamos que a harmonia do conjunto do território nacional era também deslocada para os grupos humanos que, a partir desta concepção, deveriam ser integrados ao conjunto – também imaginado - da sociedade nacional. Entre territórios e populações deslocava-se um turbilhão de concepções imaginárias que legitimaria as ações estatais no processo de submeter minorias populacionais – notadamente as sociedades indígenas – a uma relação de subordinação.

Subordinar significava não permitir o entrave do desenvolvimento do modelo político econômico adotado pela república brasileira no contexto histórico das décadas iniciais do século XX. Porém, não somente isto. O projeto de subordinação de populações indígenas sob o rótulo da “proteção aos índios” se alicerçava no entendimento dos grupos nativos enquanto povos abandonados.

Esta construção da “situação de abandono” imputada às sociedades indígenas derivava da percepção dos dirigentes nacionais ao associá-las às idéias de atraso e marginalização. É preciso pensar sobre o impacto, sobre o quanto simbolicamente forte era a idéia de atraso dentro de um Estado que tinha como lema o progresso.

A representação dos grupos indígenas como populações que historicamente viviam marginalizadas e abandonadas possibilitava a construção de uma outra representação. O Estado passava a se auto-representar como agente histórico promotor e reproduzidor das más condições sociais de vida daquelas populações.

Desta construção representacional emergia o caráter paternalista estatal, explicitamente desenvolvido na idéia de que a nação brasileira tinha uma dívida para sanar com os índios. A insistência na construção de representações de um

“necessário” papel a ser desempenhado pelos agentes estatais perante as sociedades indígenas, reforçava a “necessidade” da existência na realidade, daquilo o que viria a se configurar como paternalismo de Estado.

Esta imagem simbólica do Estado como “pai” dos índios vinha sendo construída no ambiente histórico do ano de 1911 através de articulações políticas e projetos de lei que tinham por finalidade transformá-lo no responsável legal - juridicamente legitimado – pelos grupos indígenas do Brasil⁷⁵. Tal construção sinalizava que os indivíduos indígenas deveriam ser interpretados como menores, incapacitados, não-emancipados, não-autônomos.

Tratava-se de uma construção cultural transformando-se numa construção jurídica; e esperava-se que esta concepção jurídica, com o passar do tempo, reforçasse a idéia culturalmente presente - e fortemente arraigada na sociedade da época - dos índios como seres inferiores. A menoridade jurídica dos índios estava intrinsecamente articulada à idéia de “inferioridade” dos índios, produto da percepção cultural dos estadistas republicanos enquanto agentes sociais. A partir deste complexo de idéias culturais pré-concebidas sobre as quais os estadistas detinham o poder e a autoridade necessária para convertê-las em leis, emerge a figura jurídica da tutela.

O Estado brasileiro a partir desta situação histórica começaria a vislumbrar um direito legitimado de exercer um poder tutelar sobre os grupos indígenas que habitavam o território nacional⁷⁶. A idéia da “falta de autonomia” dos grupos indígenas – artifício retórico-discursivo que legitima o argumento estatal para a aplicação da tutela – nos remete à idéia construída de “abandono dos índios”. Tal idéia nos traz de volta à questão da “dívida da nação” perante as sociedades indígenas que é um tema central para a discussão presente nesta dissertação, pois é uma imagem recorrente nas representações sobre os índios no Brasil realizadas pelos inspetores do SPILT.N.

É uma questão que remete aos primórdios da construção do Estado imperial brasileiro, perpassando toda sua existência e sendo reatualizada e

⁷⁵ Ver LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um Grande Cerco de Paz: Poder tutelar, indianidade e formação de Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

⁷⁶ Sobre o percurso legislativo-jurídico da efetivação da tutela (1911-1928) ver obra citada de Antonio Carlos de Souza Lima. Sobre o poder tutelar ver OLIVEIRA, João Pacheco de. **“Nosso Governo”: Os Ticuna e o Regime Tutelar**. São Paulo: Marco Zero/ CNPQ, 1988.

resignificada durante o processo de construção da República. A dívida se transforma num problema de Estado e este tomaria como missão resolvê-la. Vale citar o título, subtítulo e a epígrafe do folheto de número 333 da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil⁷⁷:

Ainda Pelos Martirizados Decedentes Dos Indígenas e Dos Africanos – A propósito do projeto que fixa a despeza do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, para o exercício de 1912.

‘Os meios de que se deve lançar logo mão para a pronta e sucessiva civilização dos índios, e que a experiência e a razão nos tem ensinado, eu os vou propor aos representantes da nação, e são os seguintes:

1º Justiça, não esbulhando mais os índios, pela força, das terras que ainda lhes restão, e de que são legítimos senhores.

2º Brandura, constância e sofrimento de nossa parte, que nos cumpre como a usurpadores e cristãos.’ (Jozé Bonifácio, o patriarca da independência política do Brasil, nos apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil, que apresentou à Constituinte, a 1 de julho de 1823).⁷⁸

Analisando o título do folheto positivista enxergamos uma representação do índio enquanto mártir; um agente histórico sofredor e vítima de ações pretéritas infligidas pelos colonizadores europeus e pelo Estado brasileiro ao longo do tempo. A permanência desse “martírio” naquela situação histórica – as primeiras décadas da república, o início da segunda década do século XX - era o tema a ser problematizado pelos agentes positivistas.

⁷⁷ A Igreja Positivista ou Apostolado Positivista do Brasil foi fundada no início da década de oitenta do século XIX (1881), no contexto histórico do Império, antecedendo em oito anos à proclamação da República brasileira (1889). Era uma instituição social erigida no Brasil por um grupo político adepto dos pressupostos filosóficos do pensador francês Auguste Comte sintetizados em sua obra “Catecismo Positivista” datada de 1852. Deste grupo político importa reter os personagens mais significativos no contexto desta dissertação: Miguel Lemos, Teixeira Mendes (os dois fundadores da Igreja; os principais escritores dos folhetos positivistas) e o coronel Benjamim Constant, professor-mestre de Rondon na Escola Militar da Praia Vermelha no Rio de Janeiro que exerce grande influência no pensamento político do seu discípulo. O importante é sabermos que os membros do Apostolado Positivista formavam um grupo social que deve ser visto como fundamental na elaboração de diretrizes políticas a serem adotadas nas ações intervencionistas do Estado nacional republicano junto às sociedades indígenas, já que ocupavam importantes cargos dentro dos quadros do SPILTIN desde a sua criação. É relevante também saber que os adeptos do positivismo exerciam grande influência política e cultural tanto no Estado brasileiro quanto no Exército – mais no segundo do que no primeiro -, assim como na sociedade civil. Devemos chamar a atenção para o fato de que dois dos três principais motes do positivismo - contidos em seu lema “O Amor por princípio, a Ordem por base, o Progresso por fim” – foram incorporados à bandeira oficial do nascente Estado republicano, o que expressa a força deste grupo político nos princípios da construção de um modelo republicano para o Estado brasileiro. A Igreja Positivista ainda é uma instituição existente no Brasil contemporâneo e a força político-simbólica de suas idéias ainda se faz presente na sociedade, no Estado e nas universidades do país.

⁷⁸ Fragmento extraído da obra de FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **Rondon: A construção do Brasil e a causa indígena**. Brasília: Abravídeo, 2009, p.12.

A continuidade do “sofrimento” dos indígenas no moderno século XX era algo a ser combatido na concepção dos positivistas e através desta plataforma política – a de combate ao “martírio indígena” – tais agentes enxergavam uma maneira estratégica de incorporar seus ideários políticos às questões estatais. Evocavam a figura de José Bonifácio para remeter ao tempo histórico em que o emblemático estadista já colocava em discussão a dimensão política das questões administrativas que giravam em torno às populações indígenas.

Remeter ao século XIX e aos primórdios da construção do Estado brasileiro – num período anterior à publicação de sua primeira carta constitucional – consistia numa elaboração discursiva estratégica que tinha por finalidade reforçar a ineficácia das medidas tomadas pelas camadas dirigentes – ao longo do Império e da recente República – no que concerne o tratamento político a ser dado aos grupos indígenas, a despeito das orientações enunciadas pelo patriarca da independência.

Era neste vácuo da aludida ineficácia das políticas governamentais frente às sociedades indígenas que os agentes positivistas percebiam uma maneira de se infiltrar no corpo administrativo estatal, numa tentativa de garantir e consolidar uma maior influência política na construção da “República do Brasil”.

Os agentes sociais que compunham o Apostolado Positivista se auto-concebiam como propugnadores da visão estatal de José Bonifácio buscando afirmar um posicionamento político perante a uma dada questão administrativa – a questão indígena. Ao mesmo tempo buscavam angariar para si um prestígio social que imaginavam lhes seria atribuído a partir desta construção interessada de vínculos entre os propósitos políticos positivistas e os propósitos do estadista imperial. A posição política que o Apostolado almejava conquistar dentro do Estado brasileiro se dava por meio da divulgação dos princípios filosóficos que informavam os valores morais, simbólicos e culturais dos seus membros.

Pelo subtítulo do folheto percebemos o meio pelo qual os positivistas buscavam propagar suas concepções político-culturais: se tratam de ponderações feitas sobre questões de Estado. O seu objetivo consistia em influenciá-lo politicamente através de apontamentos feitos sobre projetos do Ministério da

Agricultura, Indústria e Comércio para o ano de 1912, no que diz respeito à maneira de administrar o seu orçamento.

Traçar considerações a respeito do ministério ao qual estava subordinado o SPILTIN – órgão recém-criado naquele contexto histórico – nos diz muito sobre as pretensões políticas dos membros da Igreja Positivista. O objeto de desejo deste grupo, ao publicar folhetos de propaganda do pensamento positivista, era garantir a manutenção do direito de conduzir as políticas indigenistas através do controle administrativo do órgão estatal responsável pela “proteção” aos índios, cuja Direção nacional estava a cargo do positivista ortodoxo Cândido Rondon⁷⁹.

As concepções políticas, culturais e morais do grupo positivista estão bem expressas na epígrafe de José Bonifácio. O ato retórico-discursivo de incorporar ao texto do folheto uma citação – criteriosamente selecionada - dos “Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil”⁸⁰ redigidos pelo simbólico estadista imperial deve ser interpretado como um ato deliberado. O conteúdo da citação nos sinaliza as orientações teóricas que os positivistas tomariam como os pontos fundamentais sobre os quais alicerçarem pensamentos e ações.

Seria relevante atentarmos para a questão da apropriação da construção discursiva de Bonifácio pelos agentes republicanos positivistas. Isto posto, podemos inferir as possíveis manipulações de seu discurso pelos positivistas ao atribuir significados próprios àquilo que foi escrito pelo estadista do século XIX.

Buscando construir um discurso coerente com o tempo histórico em que viviam - o tempo da construção do Estado brasileiro em moldes republicanos -, conforme seus interesses e de acordo com suas conveniências, os positivistas enxergavam na questão indígena uma plataforma política bastante oportuna para propagandear e aplicar sua visão social de mundo.

Os membros do Apostolado reatualizam no século XX uma representação forjada no século anterior: os princípios que deveriam nortear a “civilização” dos

⁷⁹ Por positivismo ortodoxo entenda-se o caráter autoritário e o sistema de valores rígido de determinados seguidores da filosofia comtiana. Distingue-se do chamado positivismo heterodoxo de caráter mais flexível que enfatizava os aspectos científicos em detrimento dos aspectos religiosos da doutrina. Ver obra citada de Carlos Augusto da Rocha Freire.

⁸⁰ Os “Apontamentos” de 1823 constituem um plano de governo sobre os índios para orientar os trabalhos da Assembléia Constituinte formada para a elaboração da carta constitucional do Império. Ver CALDEIRA, Jorge. **José Bonifácio de Andrada e Silva**. São Paulo: Ed.34, 2002.

índios eram os da justiça, brandura, constância e sofrimento, pois ao longo do tempo os colonizadores europeus e os governantes brasileiros haviam agido como usurpadores e espoliadores das terras indígenas.

Há de ser sublinhado que tais palavras em José Bonifácio remetem principalmente aos colonizadores portugueses e aos dirigentes do Reino do Brasil, já que o Estado brasileiro propriamente dito inexistia em 1823 – tempo histórico da formação de uma Assembléia Constituinte responsável por construir as bases jurídico-políticas do Império. Apropriando-se, à sua maneira, dos “Apontamentos” os positivistas intencionam incluir na lista de “usurpadores” os estadistas imperiais e republicanos ao longo da história.

Há de se ressaltar também a questão sempre presente das terras indígenas consideradas como objetos de “proteção” fundamental para garantir uma melhor administração das populações indígenas. José Bonifácio em sua representação discursiva dos representantes da nação como usurpadores e esbulhadores achara uma via de justificativa política na tentativa de assegurar a “proteção” das terras dos índios. Da mesma maneira, os representantes do positivismo sugeriam a realização de uma revisão crítica das ações pretéritas frente aos grupos indígenas por parte dos dirigentes políticos da República.

Através de uma auto-crítica a ser realizada naquele presente histórico – a década de 10 do século XX - os dirigentes da República - teriam a possibilidade de escolher entre a continuidade ou a ruptura com as políticas direcionadas aos indígenas no passado, e a partir daí optar por adotar ou não uma postura de benevolência e generosidade para com estes povos. Dar novos traços à administração de terras e grupos indígenas, projetando no futuro diferentes maneiras de estabelecer um relacionamento político com os povos nativos, sob o rótulo da generosidade e proteção estatal, era o objetivo dos positivistas e seria a prerrogativa encontrada para tentar concretizar na realidade brasileira seus pressupostos filosóficos de cunho eurocêntrico.

Para o Estado brasileiro, ou melhor, para os membros positivistas do SPILTIN seus representantes, os índios eram “o índio”. Independente da consciência dos indigenistas da pluralidade étnica e cultural dos grupos indígenas do Brasil, estes eram enquadrados numa categoria genérica e homogeneizante – o

termo *índio* usado no singular - que designava um ser humano em condição primitiva, não-evoluída, transitória.

Tal perspectiva sobre os indígenas representava uma visão de mundo etnocêntrica e eurocêntrica, ou seja, centrada em parâmetros ocidentais de compreensão do universo social. Os agentes sociais da época possuíam e compartilhavam esta forma de enxergar os índios e tais concepções eram naturalizadas como verdades absolutas quando potencializadas pela ótica positivista.

Estamos falando de uma época histórica caracterizada por distintos projetos políticos de Estado responsáveis pela construção de uma idéia de nacionalidade. No contexto dos objetivos desta dissertação trabalhamos com um projeto específico defendido por membros específicos daquele governo: o projeto nacionalista-positivista, ou melhor dizendo, o projeto positivista de nação⁸¹.

Deste ponto podemos retornar à análise de mais alguns trechos do ofício do Ministro da Agricultura, Pedro de Toledo, acerca de sua compreensão sobre a função a ser exercida pelos inspetores do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais em sua missão de contribuir “para a obra de civilização e do progresso da Pátria, cuja bandeira sagrada é diariamente levantada em seus acampamentos por especial determinação da Diretoria Geral”⁸².

Uma de minhas preocupações consiste em pensar de que maneira os militares-funcionários do SPILTAN atuantes na escala regional, ou seja, os que desenvolviam atividades nas inspetorias indigenistas, incorporavam e compreendiam as diretrizes positivistas que orientavam as políticas indigenistas elaboradas pelos quadros dirigentes do órgão protecionista.

Isto diz respeito à questão da recepção do projeto positivista de nação pelos membros do Serviço que lidavam diária e diretamente com indivíduos

⁸¹ Vamos nos ater aos aspectos deste projeto que dizem respeito ao estabelecimento de relações políticas com grupos indígenas. O projeto positivista de nação incluía, dentre outras propostas, a defesa da implementação de um regime republicano ditatorial. Esta proposta política, assim como várias outras, não obteve respaldo na nascente República dos Estados Unidos do Brasil, mas os positivistas ao longo do final do século XIX e nas décadas iniciais do século XX permaneciam combatendo por seus ideais buscando maior aceitação tanto no âmbito estatal quanto no âmbito social. Para uma visão mais ampla da influência do positivismo sobre a sociedade brasileira ver HERSCHMANN, Micael M & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs.) **A Invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

⁸² Ver LIMA, Antônio Carlos de Souza. Op. cit., p.149

indígenas, considerando a grande carga de construções simbólicas que o positivismo adquiria quando confrontado com a questão indígena no que tange às idéias de “civilização”, “primitivismo” e “evolução social”.

Percebemos a força dos ideais dos apóstolos positivistas que guiaram as ações indigenistas na primeira década de funcionamento do órgão tutelar – década de 1910 – bem expressa na fala do ministro. Tais ideais deveriam servir como princípios norteadores da atuação dos agentes militares enquanto agentes indigenistas. Os termos civilização e progresso são caros ao positivismo e quando articulados à imagem da pátria ganham importância simbólica ainda maior.

Na concepção positivista de mundo, civilizar os selvagens indígenas significava destituir os índios da condição de *índio*, fazendo-os progredir desse estágio primitivo para um estágio socialmente mais evoluído⁸³. O progresso de tais homens selvagens consistia no progresso da pátria brasileira; da civilização destes sujeitos primitivos dependia a civilização da nação. Através da utilização e associação recorrente destes termos – progresso-selvagem-civilização-primitivo - os indígenas eram incorporados ao Brasil por meio de discursos centrados em uma concepção hierárquica de mundo.

Agora, passemos à uma análise das práticas indigenistas. Como exposto na fonte transcrita, era ordem da diretoria do SPILTIN a ser cumprida pelos inspetores regionais o hasteamento da bandeira nacional nos acampamentos militares-indigenistas; procedimento que deveria ser cotidiano. Quando entendemos a bandeira representativa do Estado republicano brasileiro como símbolo oficial da nação e constatamos nela inscritos os princípios políticos base do positivismo – Ordem e Progresso – logo entendemos a pertinência simbólica do ato de elevar a bandeira ao topo de um mastro no cenário de um Brasil interiorano, nos confins das fronteiras compreendidas como por colonizar.

A encenação deste ato ritual repetido diariamente – onde se contempla a flâmula de baixo para cima denotando o sentido do símbolo como algo maior e

⁸³ Sobre o estado teológico-fetichista, estágio em que os índios se encontravam conforme o pensamento positivista, o estado metafísico e o estado positivo - etapas sucessórias do processo de evolução social dos povos -, pressupostos doutrinário-filosóficos centrais do positivismo, ver LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Aos Fetichistas Ordem e Progresso: um estudo do campo indigenista no seu estado de formação**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Rio de Janeiro, MN/PPGAS, 1985.

superior- tinha não somente a intenção de sublimar o espírito da nação no coração dos militares e lhes recordar seu dever patriótico, mas também – e principalmente - internalizar a idéia de nação na mente dos indígenas⁸⁴. Sacralizar a imagem da bandeira, mencionando-a como sagrada, nos aponta uma maneira que os membros da Igreja Positivista encontravam de agregar uma dimensão religiosa ao símbolo da nação reforçando ainda mais o seu poder simbólico⁸⁵.

O que mais nos interessa é observar os impactos de tais encenações rituais - como parte integrante de um projeto político de construção da idéia de nacionalidade - no cotidiano das relações entre indígenas e indigenistas. A partir daqui já podemos traçar articulações possíveis entre o conceito de territorialização e o conceito de nacionalização; eixo central deste trabalho. Entendendo a territorialização de grupos indígenas enquanto um processo estatal que promove transformações na organização sócio-cultural dos grupos contatados compreendemos a tentativa de imputação da nacionalidade brasileira aos índios como parte constitutiva deste mesmo processo.

Intrinsecamente articulado ao processo de territorialização está a questão da nacionalização dos grupos indígenas através da formação de uma consciência nacional⁸⁶. Quando se trata de considerar os índios habitantes de espaços geográficos territorializados pelo estado nacional brasileiro, podemos entender o conceito de territorialização como um processo de reconfigurações sociais e identitárias produzidas através de relações políticas e culturais estabelecidas entre representantes da sociedade dita nacional e grupos étnicos que não estariam encaixados em uma categoria que os identificasse como portadores da

⁸⁴ “O tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon organizaria o aparelho que fora convidado a criar [o SPILT] a partir de uma rede de colaboradores extraída dos membros do Apostolado Positivista do Brasil, parcialmente identificada aos integrantes da comissão telegráfica que então dirigia. A composição do aparelho contemplava, assim, um outro grupo de interesses o qual, ainda que em relativo descenso, detinha um importante papel como formador de opiniões. Como Carvalho sinaliza, *a função de manipuladores de símbolos era por eles desempenhada com importância auto-atribuída.*” LIMA, Antonio Carlos de Souza. “*O governo dos índios sob a gestão do SPI*”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 159, grifo meu.

⁸⁵ Há de se considerar que a dimensão religiosa do positivismo era baseada em pressupostos distintos do catolicismo e ia de encontro às concepções desta tradição religiosa. O positivismo – principalmente sua parte ortodoxa - defendia uma espécie de “religião-laica” centrada na figura do Homem e não na figura de Deus. Os positivistas auto-intitulavam sua doutrina como a “Religião da Humanidade”. Conferir obra citada de Carlos Augusto da Rocha Freire.

⁸⁶ ANDERSON, Benedict R. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

nacionalidade almejada. A missão estatal seria a de “conceder” à população indígena local o sentimento de pertencimento a uma “comunidade nacional”- a sociedade brasileira.

A perspectiva governamental em relação a estas populações que viviam em territórios afastados do centro político-administrativo do país era a de que careciam de uma identidade nacional, de uma identificação com a nação brasileira. A tentativa de promover uma nacionalização cultural – modificar hábitos e costumes - dos grupos sociais indígenas se dava simultaneamente à tomada e o controle político dos territórios por eles ocupados, visando sua progressiva transformação cultural em território nacional.

A territorialização do espaço nacional - entendido enquanto um processo de crescente exercício de controle político sobre um espaço geográfico tornado território – promovia mudanças culturais nas sociedades indígenas que sofriam tal intervenção. Agentes estatais – que representam uma sociedade nacional e carregam consigo valores culturais específicos – tentavam impor um controle administrativo sobre comunidades indígenas através de um domínio territorial.

Um de seus objetivos políticos consistia em inculcar valores culturais e morais ao grupo que se tentava subordinar. Efetivamente o que ocorria era um processo de trocas culturais recíprocas, o que não excluía a existência da aplicação de um projeto de subordinação cultural. Na visão dos agentes do governo, a pretendida transformação cultural dos índios solidificaria o projeto estatal de transformação dos territórios étnico-indígenas em território nacional.

Tal ótica baseava-se em pressupostos que giravam em torno da idéia de que a partir do momento em que fosse impresso um sentido de unidade nacional às populações indígenas locais - ainda que tal uniformidade existisse apenas enquanto projeto e aspiração -, estas passariam a desenvolver vínculos culturais com a comunidade política brasileira. Desta maneira acreditava-se possível a solidificação da idéia na mente dos índios de que aquelas porções territoriais pertenciam à nação tornando viável a integração dos grupos étnicos e seus territórios ao “conjunto nacional”.

Territorializar um espaço geográfico, nos parâmetros estatais, significava transformá-lo em território. De uma maneira bastante simplificada, significava

medir sua extensão, demarcar seus limites - fincando marcos concretos nas terras identificáveis como um limite físico - e atribuir-lhe um título de posse. Por sua vez, incluir o traçado de um espaço territorializado em um mapa geográfico e incorporá-lo a um território imaginado nacional já designa uma finalidade geopolítica do processo de territorialização.

Propomos pensar a intervenção indigenista no Mato Grosso como uma prática política constitutiva de um projeto de territorialização de longo prazo promovido por dois órgãos específicos do estado nacional⁸⁷. Conforme nossa linha interpretativa, a inspetoria do SPILTN para o Mato Grosso, responsável pelo estabelecimento de acampamentos militares – que detinham a potencialidade de se transformarem em postos indígenas - em zonas geográficas estratégicas do território nacional, dava continuidade a um processo de territorialização que remete à atuação da Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas.

Assim, se observarmos a dimensão processual da história, podemos entender tais áreas como espaços geográficos constituindo-se nacionais, ou seja, sendo nacionalizados e colocados articuladamente sob a administração de órgãos federais – a CLTEGMA e o SPILTN. As sedes das estações telegráficas e dos postos indígenas erguidas simbolizavam concretamente a presença do Estado na região e, por sua vez, a inclusão do território demarcado das estações e postos na cartografia regional oficial significava a integração do espaço à nação.

Contudo, uma área territorializada pelo Estado não passava automaticamente a lhe pertencer. A legitimidade da posse de um território passava por um processo de negociações políticas com os grupos indígenas, as autoridades públicas regionais e os proprietários locais de terras particulares. Os territórios recém-criados faziam parte do conjunto do território nacional, porém, não necessariamente pertenciam à União. O governo federal, mesmo sendo o responsável por territorializar o espaço, não se tornava imediatamente o seu proprietário⁸⁸.

⁸⁷ Não devemos em hipótese alguma naturalizar o Estado enquanto nação. Devemos interpretar a idéia de Estado-nação enquanto uma construção histórica, política e cultural.

⁸⁸ Sobre as negociações para a doação de terras dos estados federativos para a União ou a compra pelo Estado de propriedades de terras de fazendeiros/latifundiários locais ver LIMA, Antônio

A idéia de território estatal pressupõe uma idéia de unidade espacial que é composta por territórios sobre os quais o Estado detém um controle político-jurídico-administrativo.⁸⁹ No âmbito da lei a legitimidade do controle passava pela necessidade de demarcação das terras a fim de que fossem reconhecidas e tornadas seu patrimônio. No âmbito da experiência social a legitimidade do controle dependia das negociações que perpassavam a dinâmica das relações estabelecidas entre os agentes governamentais – os militares-indigenistas – e os grupos indígenas da localidade.

Antes que lhe fosse concedido o direito estrito-senso à posse das terras conquistadas o Estado já se fazia presente buscando imprimir nas terras uma organização territorial específica e inculcar nos indígenas valores culturais representativos da “sociedade nacional”. Percebemos que simultaneamente à transformação jurídico-política de terras indígenas em territórios estatais-indigenistas, estava em curso um processo cultural que consistia em transformar determinados territórios étnicos em território nacional. Vislumbramos a simultaneidade de um processo de reordenação do espaço e um processo de reorganização cultural; dois processos que se afetavam mutuamente.

Pela ótica do governo, a legitimação do caráter nacional de um território recém-criado ocorreria através de sua incorporação ao conjunto nacional. Criava-se a imagem de um dado território isolado constituído por terras fragmentadas sendo unificado pelo Estado. Sendo assim, o governo se auto-apresenta como o agente promotor da desfragmentação; o responsável pelo fato de terras

Carlos de Souza. **Um Grande Cerco de Paz: Poder tutelar, indianidade e formação de Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

⁸⁹ A idéia de território nacional entendida enquanto um território estatal, estando sempre envolvida pela idéia inventada de unidade territorial, deve ser sempre relativizada. Ainda que exista de fato um território considerado nacional, principalmente no que diz respeito aos limites territoriais do Brasil em relação aos outros países que lhe fazem fronteira, assumir que um território seja nacional “de fato” é assumir uma perspectiva estatal, onde o próprio Estado se auto-concebe como nação a fim de satisfazer suas necessidades políticas. O Estado brasileiro não representa necessariamente a nação brasileira; é antes uma dentre várias instituições políticas presentes na sociedade brasileira que buscam representá-la. Historicamente intenciona tomar para si o status de única instituição verdadeira e legítima representante da sociedade e da nação, mera construção imagética. O Estado se faz passar por nação a fim de promover a expansão da nacionalidade brasileira, ou seja, da identidade nacional que assume e que serve aos seus propósitos. Nacionalidade esta, oriunda de projetos políticos convenientes aos dirigentes do Estado em uma dada conjuntura política. Na perspectiva social e acadêmica, um território se tornar “de fato” nacional é uma idéia que não se concretiza. Pelo menos, não da maneira que os membros do Estado acreditavam ser possível de se concretizar na prática, ou seja, através das práticas políticas adotadas que tinham por finalidade promover nacionalizações propagandeando a idéia de nação.

desconectadas entre si terem se tornado um território regional, a partir daí podendo passar a fazer parte da unidade maior, a nacional, ou seja, a totalidade geográfica designada como nação brasileira.

Recursos técnicos e simbólicos eram utilizados para legitimar tal nacionalização: a delimitação da coordenadas geográficas – latitudes e longitudes – para situar a localização exata do território no espaço; a elaboração de novas cartas geográficas através da correção de falhas das já existentes; a incorporação dos novos territórios no mapa nacional. O mapa do Brasil - assim como a bandeira e o hino nacional - era um instrumento de enorme importância simbólica estrategicamente presente nas estações telegráficas e nos postos indígenas⁹⁰.

Retornando uma vez mais ao ofício de Pedro de Toledo percebemos a afirmação dos índios enquanto sujeitos históricos – e não apenas como objetos da administração estatal - nas entrelinhas do discurso. Ao se referir aos índios considerados mansos - os supostamente pacificados que já mantinham relações constantes e freqüentavam os aldeamentos/acampamentos militares-indigenistas - o ministro nos informa sobre práticas indígenas “cujo auxílio é um elemento relevante na pacificação dos que, em grande maioria, se acham ainda em estado selvagem e francamente hostis a qualquer aproximação”⁹¹.

Em linhas logo abaixo, o ministro interpreta as ações indígenas como contribuições às práticas indigenistas, sinalizando figuras históricas de importância fundamental para a compreensão do complexo processo de estabelecimento gradual de contatos: os índios intérpretes. Na sua ótica, estes agentes sociais indígenas motivados “pela confiança que depositam na lealdade e nas promessas de constante auxílio por parte do inspetor, se dispõem agora a empreender viagens às malocas que conhecem afim de cooperar para o êxito da missão pacificadora”⁹².

A partir de tais representações discursivas constatamos a participação ativa dos índios no processo histórico de territorialização de suas terras. Nesse processo

⁹⁰ A questão da função do mapa, bandeira e hino nacional como símbolos indutores da formação de uma identidade nacional e sua manipulação pelos militares-indigenistas na tentativa de exercer uma influência cultural sobre os grupos Paresí, assim como as possíveis apropriações indígenas dos significados dos símbolos será melhor desenvolvida no próximo capítulo.

⁹¹ Ver LIMA, Antonio Carlos de Souza. Op. Cit., p. 150.

⁹² Idem, ibidem.

os índios também agiam como intérpretes ou trabalhadores das estações telegráficas e postos indígenas; não eram apenas submetidos ou submissos ao processo e tampouco exerciam estas funções apenas no intuito de colaborar com os agentes indigenistas, escolhendo participar segundo seus interesses. Interpretar as ações de intérpretes indígenas como cooperação para a pacificação de outros índios é corroborar com o discurso estatal e fechar os olhos para as dinâmicas que se operavam internamente aos grupos indígenas.

Acredito que devemos compreender a emergência da figura dos índios intérpretes, refletindo sobre o processo de afirmação de uma relação política sendo estabelecida entre inspetores do SPILTN e determinado grupo étnico. Em meio a um jogo de negociações, onde ambas as partes esperavam se beneficiar mutuamente, poderiam ser firmados acordos nos quais determinados índios - talvez selecionados pela liderança do grupo - aceitariam atuar enquanto intérpretes em troca de favores – ou brindes – concedidos pelos agentes do Estado.

É sabido que a tática indigenista de atração de grupos indígenas era a oferta de brindes – objetos que não pertenciam à cultura material do grupo como, por exemplo, ferramentas, roupas e armas – que infundiam aos índios expectativas de utilizá-los em suas práticas cotidianas. Os índios certamente esperavam algo em troca a partir da função de intérpretes que exerceriam para os agentes estatais.

Não devemos atribuir às ações indígenas um caráter de ingenuidade ou de generosidade, a fim de não cairmos no mesmo equívoco de interpretação a que somos induzidos quando naturalizamos o discurso da generosidade estatal. Não há generosidade envolvendo o contato entre estes distintos agentes sociais; devemos compreender o contato enquanto uma relação política. A suposta irmandade entre índios e não-índios, discursivamente construída através da imagem da conquista da confiança dos indígenas pelos inspetores indigenistas, é mais um artifício retórico do ministro em busca de respaldo político para o SPILTN.

Desta maneira, entendemos a ação dos intérpretes enquanto uma atuação política orientada por pressupostos culturais de seu grupo étnico. São motivações próprias aos índios que os levariam a exercer a função de intérpretes, atuando enquanto mediadores do contato entre representantes do estado-nacional e grupos étnicos não-pacificados. Por serem falantes da mesma língua indígena, os índios

atuavam enquanto intermediários no estabelecimento de relações entre grupos de uma mesma etnia ainda não atraídos – dispersos em aldeias localizadas em regiões geográficas próximas - e os agentes indigenistas.

Estes percebiam a importância estratégica da língua enquanto código cultural compartilhado pelos índios locais e buscavam se utilizar dos serviços prestados pelos índios enquanto intérpretes a fim de aumentar a abrangência do poder governamental sobre as comunidades nativas. Os índios, por sua vez, atuando como promotores de uma maior aproximação dos militares com outros grupos indígenas agiam por interesses próprios: talvez buscassem reforçar o pacto político estabelecido com os agentes externos a fim de garantir um respaldo armado no caso de irromper um conflito circunstancial com algum grupo étnico rival. Como dito anteriormente, acredito que os índios esperavam algo em troca e o objeto-brinde não deve ser visto na operacionalidade dele em si mesma: possuir uma roupa, uma ferramenta ou qualquer outro objeto doado pelos agentes do governo transformava e qualificava certos índios frente a outros índios.

Visualizamos através do documento que as relações regionais entre grupos indígenas e inspetores indigenistas constituíam um processo já em curso em 1912. A conquista gradual da confiança dos índios pelos inspetores através do exercício da constância, permanência e convivência era um recurso tático necessário à obtenção da pacificação almejada; esta compreendida enquanto um processo de longo prazo.

A construção da imagem dos índios mansos, pacificados, leais, colaboradores do SPILTIN servia para reforçar o contraste com os grupos ainda por serem “pacificados”; estes representados como hostis e selvagens por rechaçarem a aproximação e o contato.⁹³ Das entrelinhas do discurso que exaltava

⁹³ A utilização do termo “mansos” para designar determinados grupos indígenas derivava, como já observado, da teoria administrativa do estadista José Bonifácio. No século XX esta teoria da polarização, segundo critérios estatais, entre “índios mansos” e “índios bravos” seria atualizada por Cândido Rondon na construção da polarização entre “índios dóceis” e “índios hostis”. A elaboração destas polarizações se baseava no grau de colaboração, atribuído pelos indigenistas, dos grupos indígenas com o Estado. Os Paresí, por exemplo, eram representados como dóceis enquanto os da etnia rival, os Nambikwara, eram tidos como hostis. Os próprios índios se apropriavam destas construções polarizadoras, conforme circunstancialmente lhes convinha, buscando tanto reforçar a “má reputação” dos grupos étnicos rivais, quanto incorporar para si estas características positivas atribuídas pelos agentes estatais a fim de utilizá-las como instrumentos de negociação. Ver MACHADO, Maria Fátima Roberto. **Índios de Rondon. Rondon e as linhas**

a cooperação dos índios – com a finalidade de representá-los como auxiliares da missão civilizatória do Estado - emerge a figura dos indígenas intérpretes, protagonistas da história, e não meros coadjuvantes dos inspetores indigenistas.

Os índios possuíam motivações políticas próprias e construía visões próprias sobre a atuação dos militares em suas terras. Da mesma maneira que os indigenistas acreditavam estarem utilizando de funções exercidas por indígenas em benefício do SPILT, os índios poderiam se utilizar da presença dos militares em seus territórios étnicos em prol de seus próprios interesses.

3.2 Inspetores e Relatórios

Através da análise de um relatório correspondente ao ano de 1914 escrito pelo inspetor interino José Gomes da Silva Jardim em abril de 1915 e direcionado ao senhor José Bezerra Cavalcanti, diretor do SPILTN na época, podemos nos aprofundar mais no mundo das relações entre grupos indígenas do Mato Grosso e a Inspeção do SPILTN atuante no estado.

Os relatórios oficiais do Serviço produzidos no âmbito regional tinham como propósito reportar o cotidiano dos postos indígenas e traçar um panorama geral da atuação indigenista na região. É importante salientar que os relatórios produzidos procuravam dar conta não só dos serviços prestados junto aos índios: relatar informações acerca do desenvolvimento da produção agrícola dos postos indígenas, da criação de animais, da abertura e conservação de estradas, da realização de obras de infra-estrutura também era objetivo dos inspetores, visto que enxergavam tudo como parte de uma mesma realidade. Para os contemporâneos falar dos índios implicava em arrolar estes dados, até porque os indígenas executavam a maioria desses serviços.

Além da assistência aos índios, os postos indígenas tinham como função a colonização e o povoamento de territórios até então pouco explorados pelo Estado republicano brasileiro. A elaboração destes tipos de relatórios fazia parte das formalidades burocráticas inerentes à funcionalidade administrativa do Serviço. Cabia aos encarregados-chefes das inspetorias o envio de tais registros documentais à sede da Diretoria nacional do SPILTN que se localizava na então capital da República, o Rio de Janeiro. Não podemos deixar de identificar que tais relatórios desempenhavam também uma função primordial na medida em que buscavam legitimar as ações indigenistas através da formulação de representações sobre os índios. A análise de seus textos nos permite compreender a união entre as intenções dos agentes indigenistas e a ação junto aos indígenas.

Através de seus relatórios podemos captar a visão de mundo dos inspetores, como compreendiam a função que exerciam, como se viam inseridos numa estrutura institucional maior – já que o Serviço possuía abrangência nacional – e como buscavam unir os saberes técnicos que detinham – tais como

conhecimentos agronômicos e topográficos – com os saberes indigenistas – conhecimentos etnográficos e administrativos sobre populações e terras indígenas.

Duas dimensões estão sempre presentes nos relatórios da Inspetoria: a dimensão daquilo o que foi feito – a descrição das atividades passadas desenvolvidas no ano terminado - e daquilo o que se pretende fazer – o planejamento das atividades futuras a serem empregadas no ano corrente.

Os inspetores, no exercício de suas funções burocrático-administrativas, cumprindo ordens superiores e obedecendo ao regulamento interno do órgão, por meio dos relatórios reportavam uma grande quantidade de situações: a inspeção de postos, as dificuldades encontradas para atingir as metas estipuladas, as populações indígenas contatadas, o tipo de relacionamento dos índios com a sociedade regional e as relações da inspetoria com órgãos de poder e autoridades locais.

Os documentos revelam uma experiência adquirida pelos inspetores como representantes do governo federal no âmbito regional. Além das representações forjadas sobre os grupos indígenas contatados, os relatórios também acabavam por construir representações sobre o próprio SPILT, sobre a sociedade local e sobre as autoridades regionais.

No intuito de apresentar uma visão panorâmica do conteúdo do relatório de 1914, a fim de que o leitor compreenda a abrangência dos temas nele desenvolvidos, mostro como José Gomes da Silva Jardim realiza a sua subdivisão em tópicos: 1) Povoação Indígena São Lourenço; 2) Postos do [rio] Guaporé; 3) Posto Fraternidade Indígena; 4) Serviço no Sul do Estado; 5) Índios em outros pontos do Estado; 6) Índios Selvagens; 7) Embarcações do Serviço; 8) Animais; 9) Material do Distrito da Defesa da Borracha; 10) Pagamentos; 11) Escrituração; 12) Pessoal; 13) Justificação necessária; 14) Conclusão.

Trata-se de um documento de 26 páginas e seu eixo central se encontra nos seis primeiros tópicos. Estes nos revelam as dinâmicas sociais da região sobre as quais focalizo a análise historiográfica. Os oito tópicos restantes – que tratam mais de questões referentes à estruturação da inspetoria - correspondem apenas às últimas quatro páginas do relatório. Contudo, são também relevantes para a

compreensão dos deveres burocráticos do inspetor, sinalizando temas específicos que envolvem a elaboração de um relatório desta Inspetoria regional do SPILTN.

Antes da análise propriamente dita do documento devemos fazer menção a uma ausência. O Posto Indígena Utiarity não está incluído na listagem dos postos subordinados à Inspetoria. Os postos criados por ela em seus primeiros anos de funcionamento estavam situados principalmente na zona sudoeste do estado do Mato Grosso de então, que corresponde ao atual Mato Grosso do Sul. Entretanto, as considerações de José Jardim sobre a situação de outros postos indígenas (leia-se postos indigenistas) nos ajudam a compreender a formação da visão indigenista de um chefe de inspetoria: uma visão panorâmica regional que se forma a partir da vivência e da observação pontual de questões locais.

Convém ressaltar que o noroeste do Mato Grosso – onde está situado o Território Indigenista Utiarity – possui mais elementos em comum com o centro e a parte sudoeste do estado do que com sua parte leste, exatamente porque aquelas são zonas de fronteira internacional (limites territoriais entre Brasil, Bolívia e Paraguai) e sofreram a intervenção das equipes comandadas por Rondon na construção das linhas telegráficas. O posto indígena de Utiarity, apesar de suas especificidades, de uma maneira geral compartilhava características comuns aos postos do SPILTN na região, principalmente no que tange aos processos de colonização, povoamento e territorialização a que foram submetidos os espaços geográficos nos quais eles foram instalados.

Devemos apontar também que esta é uma das primeiras listas elaboradas dos postos indígenas e zonas geográficas sobre as quais a Inspetoria do Mato Grosso deveria exercer a administração indigenista, visto que ela havia sido criada em 1911 e os relatórios sobre os anos de 1912 e 1913 não foram encontrados durante a realização da minha pesquisa.

Sobre a povoação indígena de São Lourenço o inspetor nos relata:

Em S.Lourenço (em todo o estado de Mato Grosso, aliás) o arroz é cultivado em seco, dependendo a sua colheita das chuvas caídas durante a estação. Quando a estação corre chuvosa, todos colhem arroz; mas, quando a estação é seca, nenhum há nos mercados, e tornado gênero de importação, alcança preços como em nenhuma outra parte do Brasil.

Aquela prática cujos inconvenientes não precisam outras demonstrações, é que esta Inspetoria deseja corrigir, ensinando aos índios e aos trabalhadores da Povoação, o trabalho dos arrozaes submergíveis, de modo que a colheita seja feita

independente das chuvas. Para esse fim tenho em vista aproveitar umas bahias (pequenas lagoas perenes) existentes no dito terreno canalizando-as para o sítio onde será semeado o arrozal. Será trabalho de pouca monta e pequeno dispêndio com o aproveitamento do serviço dos índios na construção das valas e dos tapumes.⁹⁴

Ao traçar considerações acerca das particularidades de Mato Grosso em relação ao clima e as possibilidades de plantação, o inspetor nos revela ser detentor de um saber agrônômico útil à colonização agrária de um espaço geográfico. Este *know-how* técnico, o domínio de um saber sobre técnicas agrícolas, expressa o tipo de qualificação que os inspetores deveriam deter para exercer os cargos de comando da Inspetoria do Serviço naquele ambiente rural. O desenvolvimento agrário da região recém-territorializada, de acordo com o modelo estatal, nos permite enxergar a colonização de terras indígenas como tarefa intrínseca aos objetivos da inspetoria do SPILTAN.

Um de seus objetivos consistia em ensinar aos índios novas técnicas de produção agrícola a fim de garantir a boa produtividade da povoação indigenista; a utilização do trabalho indígena visava à assimilação por parte dos índios de modos de tratamento da terra distintos dos praticados pelas comunidades nativas. Por sua vez, os indígenas detinham saberes próprios de modos de produção agrícola e cultivavam suas lavouras de subsistência anteriormente à intervenção indigenista nas terras por eles ocupadas. A partir da intervenção agregariam para a sua cultura estes novos saberes introduzidos pelos inspetores, o que não significa dizer que tenham deixado de lado seus modelos “tradicionais”.

Convém lembrar que o Estado buscava passar a imagem de ser o promotor da transformação dos índios em produtores agrícolas, e ao historiador cabe recuperar a dimensão dos índios enquanto produtores e produtivos antes da tomada de posse das suas terras pelos agentes estatais. O que distingue uma situação da outra, é o fato de que os trabalhadores indígenas produziam de acordo com suas necessidades, para sua reprodução enquanto sociedade etnicamente diferenciada. A partir do momento em que eram incorporados ao trabalho nos postos indigenistas da Inspetoria do Serviço passavam a produzir para a nação e a ser designados como úteis à sociedade nacional.

⁹⁴ Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI. Microfilme 379, fotograma 1063.

Por agora, penso, o problema que deve preocupar a administração, a par do levantamento moral do índio que é a razão de ser do Serviço, é o lançamento de roças que libertem a Povoação da compra dos cereaes que consome, fazendo-a, pelo contrário, produzir para vender.

Para esse fim, infelizmente, ainda não se pode contar muito com o auxílio dos índios, a menos que se não os queira escravizar, pois nas ocasiões mais necessárias eles abandonam o trabalho, trocando os labores das roças por caçadas e perambulagens nos sertões.

Isto fazem-no os mais adeantados e mais dispostos. Os que estão fora dessas regras, esses, por hábito e sob os mais fúteis pretextos, a nenhum serviço produtivo querem entregar-se, tornando-se muitas vezes destruidores dos serviços por outros feitos. Demonstra o asserto este eloquente fato: a população indígena adulta de S. Lourenço eleva-se atualmente a cerca de cento e cinquenta almas, entretanto, o trabalho diário das roças não conta mais de quinze indivíduos, cujas edades devem estar entre 20 e 35 anos.

São antigos vícios que só a persistência da administração e o tempo poderão corrigir.⁹⁵

José Jardim nos mostra sua concepção acerca da razão de ser do SPILT: a elevação moral do índio. Uma concepção positivista de mundo informa sua visão sobre os indígenas. É interessante refletir sobre como o pensamento dos quadros dirigentes do Serviço no âmbito nacional – os agentes estatais possuidores de valores morais e culturais impregnados pela doutrina filosófica positivista; os elaboradores dos ideários que orientavam as políticas indigenistas – reverberava nos agentes do Serviço no âmbito regional.

Traçar estas associações entre a esfera regional e a esfera nacional é relevante na medida em que percebemos que simultaneamente à dispersão espacial das unidades administrativas locais do SPILT pelas distintas regiões do Brasil ocorria a difusão de um modo positivista de enxergar as sociedades indígenas.

O relator enfatiza a necessidade de serem feitas mais roças na povoação, não apenas para diminuir os custos relacionados à compra de cereais no mercado regional, mas principalmente para inverter a situação presente: produzir para vender era a meta das unidades locais de ação indigenista mais desenvolvidas; a busca por uma independência em relação aos mercados municipais das localidades vizinhas era característica marcante de alguns nucleamentos indigenistas. Para alcançar tais metas a cobrança por uma maior produtividade dos

⁹⁵ Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI. Microfilme 379, fotograma 1064-1065.

trabalhadores indígenas seria função intrínseca às atividades do inspetor no exercício de seu cargo.

O inspetor lamenta não poder contar com os auxílios dos índios no que diz respeito à conquista da desejada autonomia produtiva da povoação de São Lourenço. Aqui podemos traçar um paralelo entre a “visão de fora” do ministro da Agricultura, Indústria e Comércio Pedro de Toledo e suas considerações acerca da função de um inspetor do Serviço e a “visão de dentro”, do próprio inspetor José Jardim, sobre a função que exercia na prática. Cotejando as visões percebemos que elas contrastam entre si: o otimismo expresso pelo ministro em relação à colaboração dos índios com o trabalho dos inspetores discrepa bastante do discurso desiludido do inspetor expresso neste fragmento.

É interessante também pensar as possíveis razões que levaram o indigenista a levantar a questão da escravização de índios: talvez condicionado pelas práticas vigentes na sociedade regional da época, onde encontrar indígenas vivendo sob condições de trabalho análogas à escravidão não era uma situação incomum, o inspetor levantava a possibilidade de adotar tais práticas contrariando todo o ideário protecionista que estruturava a instituição indigenista oficial.

Ao mencionar o abandono do trabalho nas roças pelos índios, o inspetor não nos revela apenas uma certa rejeição indígena à cultura de trabalho sistemático introduzida pela inspetoria, mas também nos sinaliza uma característica marcante das sociedades indígenas que acabavam por desorientar os indigenistas: as “perambulagens” nos sertões.

O que o inspetor constata é a mobilidade dos indígenas pelo vasto espaço geográfico que ocupavam, a circulação constante dos grupos étnicos pelas diversas aldeias da região e demais localidades circunvizinhas, o fluxo incessante de tais populações no meio em que socialmente se organizavam e em que constituíam os seus territórios étnicos⁹⁶. As mencionadas “perambulagens” pelos sertões eram fatores desnorteantes – e desalentadores – das atividades da inspetoria, visto que a sedentarização dos grupos indígenas – atribuir-lhes uma

⁹⁶ Sobre a mobilidade indígena ver FERNANDES, Eunícia. **Futuros Outros: homens e espaços: os aldeamentos jesuítos e a colonização na América portuguesa**. Tese de Doutorado em História/UFF. Rio de Janeiro, 2001.

moradia fixa - era um elemento de fundamental importância para o êxito das políticas indigenistas.

Diante de tal situação, o inspetor diagnostica antigos costumes culturais indígenas – a relativa liberdade de locomoção pelo espaço - como vícios. Na sua visão, tais costumes deveriam ser corrigidos a fim de fazer os índios se adaptarem a um modo de viver e ser proposto pelo indigenismo. A superação das dificuldades encontradas estaria na persistência da administração indigenista e esta suposição nos revela a percepção do inspetor do caráter gradual da almejada inserção dos indígenas na sociedade nacional; o chefe da inspetoria compreendia as práticas indigenistas como parte constitutiva de uma política estatal de longo prazo.

As terras em que assenta a Povoação, cujos limites conheceis, ainda não foram transferidas ao domínio da União, oficialmente, sob o fundamento de terem desaparecido as cadernetas de medição feita pelo Snr. Coronel Cândido Rondon, da qual, entretanto existem memorial e planta. Para evitar quaesquer dificuldades futuras, parece-me, seria de bom alvitre que a autoridade competente fizesse legitimar aquela posse, aproveitando a oportunidade para anexar-lhes os “Campos do Prata” que são, de toda região, a parte mais importante para a futura criação de animais bovinos e cavalares.⁹⁷

Nas palavras do próprio inspetor este é um assunto de magna e urgente importância, que exigia do diretor do Serviço – o destinatário do relatório – especial atenção. Trata-se do processo de territorialização - o espaço geográfico sendo convertido em povoação indigenista - enquanto um processo jurídico. Na arena das negociações estão o governo federal – a União nacional – representado pela inspetoria do SPILT e por seus agentes políticos, tais como o coronel Rondon e o inspetor José Jardim, e o governo estadual representado pelas autoridades regionais.

O tema em discussão é o da transferência oficial das terras indígenas, em que estava instalada a unidade administrativa indigenista, do governo estadual para o estado-nacional. A medição das terras, primeira etapa para o reconhecimento dos limites geográficos do território a ser demarcado, havia sido realizada pelo próprio Rondon. Contudo os procedimentos jurídicos que

⁹⁷ Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI. Microfilme 379, fotograma 1065.

culminariam na legitimação da posse das terras pelo Estado haviam sido interrompidos por razões suspeitas, na ótica do inspetor.

O SPILTIN como novo órgão federal ingressava num cenário regional em que deveria estabelecer contatos políticos com os órgãos de poder locais e as mais altas autoridades governativas. O discurso de proteção às terras indígenas, numa sociedade em que os conflitos de grupos indígenas com os regionais não eram incomuns, certamente deveria provocar suspeições de fazendeiros e demais proprietários de terras locais⁹⁸. A previsão de dificuldades futuras conjecturada pelo inspetor estava inserida neste ambiente de suspeição mútua.

Em meio a estas questões político-jurídicas conseguimos vislumbrar a territorialização enquanto um processo de colonização: o inspetor busca sinalizar a importância de anexação de terras conhecidas como “Campos do Prata” para fins de criação de animais. Cavalos e bois possuem funções estratégicas na ocupação colonizadora de um espaço geográfico; utilizando cavalos como meios de transporte de pessoas e de cargas e bois como fontes de alimentação, o desenvolvimento da povoação indigenista seria certamente favorecido.

Finalizados seus relatos sobre a povoação indigenista de São Lourenço, o inspetor passa a reportar a situação dos postos do Guaporé:

Eram dois os postos existentes na zona compreendida entre os rios Guaporé e Jaurú, ambos destinados a pacificação dos índios Cabixis, que, conforme as melhores informações, habitam as cabeceiras d’aquelles rios e as fraldas da serra dos Parecis. Um desses Postos era situado no lugar denominado “Estiva-Nova”, perto do citado rio Jaurú e o outro no lugar “Cosseira”, próximo da confluência do rio Sararé com o Guaporé. Ambos afastados das aldeias, nenhum preenchia os seus fins convenientemente, não obstante visitas ocasionaes que receberam dos índios; entretanto como dever-se-ia transferi-los para pontos mais convenientes, serviam como base às fucturas expedições e trenagem do pessoal, identificando-o com a insalubridade d’aquella região.

Entretanto, já em abril, a necessidade de equilibrar as despesas, conservando os serviços mais urgentes, obrigava esta Inspectoria a fundir os dois Postos no da “Cosseira”, que ao mesmo tempo servia para evitar conflictos entre os índios e a população de Mato Grosso, deixando-o sob a imediacta direcção do Ajudante

⁹⁸ O SPILTIN pode ser entendido como um órgão estatal que visava à “proteção” das terras indígenas. O eixo central da ação política tanto do SPILTIN quanto do SPI (pós-1918) consistia na preservação dos territórios dos índios para que se tornasse viável a proteção das comunidades e famílias indígenas. O protecionismo indigenista era um processo que necessariamente passava pela medição e demarcação das terras ocupadas pelos índios. Ver OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **A sociologia do Brasil indígena**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; Brasília, Editora UNB, 1978 (2ª edição).

Raymundo Hosterno, e para a base de uma expedição ao lado ocidental da serra dos Parecis, pelas antigas lavras de S. Vicente.⁹⁹

Esta é a única parte do relatório em que são feitas menções à região noroeste do estado do Mato Grosso. O inspetor menciona também os únicos dois postos indigenistas instalados na região pela equipe do SPILT: o Posto Estiva-Nova e o Posto Cosseira que tinham por finalidade “pacificar” os índios Cabixis. De acordo com as informações que possuía, o indigenista sinalizava onde estavam situadas as aldeias de tais índios: nas cabeceiras dos rios Guaporé e Jaurú e nas fraldas da serra dos Paresí.

Aqui o inspetor promove uma distinção equivocada entre os “Parecis” e os “Cabixis” num contexto onde o mapeamento etnográfico da região era tarefa constitutiva de agentes da comissão construtora de linhas telegráficas comandada por Rondon, ainda atuante naquele momento histórico¹⁰⁰. Convém citar a antropóloga Maria Fátima Roberto Machado:

Até o início do século [XX], os **Wáimare** e **Kaxíniti** habitavam as nascentes mais ocidentais do [rio] Arinos e mais orientais do rio do Sangue, no extenso divisor das águas das bacias do Amazonas e do Paraguai. Em seus territórios específicos, eles formavam grupos endogâmicos que, juntamente com um terceiro – o grupo dos **Kozárini** – compunham um extenso grupo étnico: os **halíti** (“nossa gente”, “nosso povo”, “povo verdadeiro”), denominados pelos **imóti** – os brancos, os “civilizados” – de Paresí. (...)

Nem todos os Paresí tiveram contato com Rondon ou mesmo mantiveram um relacionamento estreito com ele, como foi o caso dos grupos **Wáimare** e **Kaxíniti**. Os **Kozárini** permaneceram mais afastados das linhas, os quais Rondon dizia serem os mais “puros” dos Paresí, porque, habitantes mais a oeste, mantiveram-se distantes dos seringais. Eles eram os “selvagens” **Kabixí**, na concepção pejorativa que deles tinham não só os **imóti** como também os próprios **Wáimare** e **Kaxíniti**.¹⁰¹

Adiante em sua tese a autora problematiza ainda mais a questão:

⁹⁹ Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI. Microfilme 379, fotograma 1066.

¹⁰⁰ A Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMGA) atuaria enquanto construtora de novas linhas telegráficas no período de 1907 a 1915. Após este período a Comissão não atuaria mais enquanto construtora, continuando a existir apenas enquanto órgão federal responsável pela manutenção e conservação dos postes, linhas e da infra-estrutura montada para o adequado funcionamento dos serviços telegráficos. A CLTEMGA seria definitivamente extinta em 1930 e suas estações telegráficas seriam desativadas ao longo do tempo. Os serviços de telegrafia na região seriam finalizados por volta do final dos anos 40. Ver LASMAR, Denise Portugal. **O acervo imagético da Comissão Rondon no Museu do Índio: 1890- 1938**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2008.

¹⁰¹ Ver MACHADO, Maria Fátima Roberto de. Op. cit., pgs. 37-38 (grifos da autora).

Desde o século XVIII, os **Kozárini** são denominados também pelos **imóti** da região pelo termo pejorativo **Kabixí**, utilizado pelos **Wáimare** e **Kaxíniti** para designar os índios “selvagens”. Os Nambikwara, seus vizinhos nas nascentes do Juruena e do Guaporé, também foram conhecidos como **Kabixí** no século XIX.¹⁰²

Tais fragmentos nos esclarecem sobre a complexidade da composição dos subgrupos que compõem um mesmo grupo étnico. E mais do que isso, nos revela como os próprios indígenas formulavam etnônimos para designar grupos dos quais eles buscavam se diferenciar; ainda que fossem grupos da mesma etnia. Importa ressaltar que o inspetor José Jardim, ao mencionar os índios “Cabixis”, poderia estar designando por este etnônimo, tanto subgrupos Paresí quanto índios de outra etnia, os Nambikwara.

O inspetor constata que os postos indigenistas recém-criados não cumpriam com suas finalidades, pois para atingir a “pacificação” dos indígenas deveriam estar situados mais próximos das aldeias: justificava assim a fundição dos dois postos, agregando à justificativa o argumento da necessidade de corte de gastos. O encarregado da inspetoria nos revela também manobras táticas constitutivas das práticas indigenistas a fim de obter maior êxito no estabelecimento de aproximações: a transferência de postos para localizações geográficas mais estratégicas, buscando uma distância ideal entre aldeias indígenas e aldeamentos protecionistas que pudesse favorecer o contato¹⁰³.

O indigenista ainda nos sinaliza outra função a que deveria servir o posto: impedir conflitos entre grupos indígenas e a população regional, o que nos auxilia a compreender aquele ambiente histórico e geográfico como um cenário de tensão social. A direção do posto da Cosseira – o posto fundido – José Jardim deixaria a cargo de um ajudante da inspetoria – Raymundo Hosterno – que exerceria interinamente o cargo de inspetor em diversos momentos desta primeira década de funcionamento do SPILTN.

¹⁰² Idem, pg.64 (grifos da autora).

¹⁰³ Em sua análise sobre o Posto de Atração Fraternidade Indígena, Lucybeth Camargo de Arruda também chama atenção para esta prática de transferir a sede do posto para posições geográficas mais convenientes, visando o estabelecimento de contatos com grupos mais “arredios” de uma mesma etnia, no seu estudo, os Umutina. Ver ARRUDA, Lucybeth Camargo de. **Posto Fraternidade Indígena: Estratégias de civilização e táticas de resistência (1913-1945)**. Dissertação de Mestrado em História. UFMT, 2003.

Outra questão importante a ser destacada do fragmento é a da utilização de postos indigenistas como base de futuras expedições como a que o inspetor sinaliza ter a intenção de realizar em breve visando a exploração da parte ocidental da Serra dos Paresí. Esta característica de organizar expedições para fazer o reconhecimento geográfico de uma determinada região nos leva a enxergar semelhanças entre as atividades da inspetoria do SPILTIN em Mato Grosso e as atividades constitutivas da Comissão Rondon. Sendo um dos focos principais deste estudo traçar associações entre os trabalhos desenvolvidos por postos indígenas e estações telegráficas junto aos grupos étnico-indígenas da região devemos sublinhar a relevância desta informação.

Após tecer considerações sobre as dificuldades de atuação da Inspetoria na região noroeste do Mato Grosso no que dizia respeito à demora na distribuição das verbas destinadas ao SPILTIN e à falta de trabalhadores no posto, que deixavam o serviço por não receberem seus salários, o inspetor lamenta:

Ao suspender os serviços do Posto da Cosseira, ainda era meu intento, sempre na esperança de futuros recursos, aproveitando o pessoal que quizesse seguir, levar uma expedição, mesmo naquela época, que devido às chuvas não era a melhor, às antigas “Minas do Arayés”, no rio das Mortes, descendo este ou penetrando nas proximidades desta fazenda salesiana “Sangradouro”, afim de fundar um Posto para a pacificação dos índios Caiapós que, em suas excursões, fazem guerra aos Bororos já pacificados.¹⁰⁴

Não atingidos os fins planejados, por falta de recursos e pessoal, restou ao inspetor tomar a decisão de desativar o Posto da Cosseira. A trajetória deste posto indigenista provavelmente é semelhante a de outros tantos postos dispersos pelo Brasil e o fato de ter uma existência efêmera não desvalida historicamente as dinâmicas sociais que tomaram vida em seu entorno.

Sua situação é análoga à do Posto Indígena Utiarity, resguardada a dimensão da infra-estrutura, do tempo de existência e da influência cultural deste posto sobre os grupos indígenas nele nucleados: o posto de Utiarity também teria a suspensão de seus serviços solicitada¹⁰⁵. Ambos os postos possuem uma

¹⁰⁴ Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI. Microfilme 379, fotograma 1068.

¹⁰⁵ A estação telegráfica de Utiarity seria também designada como posto indígena por volta de 1912- 1915, ou seja, a figura de Utiarity como posto indígena surge nesta época. A sua extinção – desativação – ocorreria em 1932. A trajetória de Utiarity como posto indígena e seu papel como território indigenista será ainda mais desenvolvido no capítulo III, a partir de análises de fontes da década de 20 e 30.

trajetória de existência que lhes é intrínseca: sua fundação, seu desenvolvimento e sua extinção; possuem uma história que lhes é própria.

O inspetor menciona a presença de uma fazenda de propriedade de missionários salesianos na localidade onde planejava fundar um posto do Serviço. Vislumbramos a atuação de outros agentes indigenistas na região de Mato Grosso – exemplo do indigenismo missionário -, que apesar de se utilizarem de métodos distintos dos aplicados pelo indigenismo oficial-estatal possuíam objetivos semelhantes: a colonização e sedentarização de grupos indígenas. A evangelização de índios não era vista com bons olhos pelos agentes do SPILT, visto que os princípios positivistas colidiam com os princípios católicos da instituição salesiana¹⁰⁶.

O próprio fato do inspetor querer realizar a fundação de um posto do SPILT na região de atuação dos padres salesianos certamente está vinculado a uma dimensão de “competição indigenista” em busca de exercer maior influência cultural sobre os povos nativos. Ainda que os valores morais dos agentes indigenistas laicos e dos agentes indigenistas catequizadores divergissem não devemos enxergá-los como adversários estrito-senso, pois podemos ver alianças entre eles.

Percebendo a Igreja Católica como proprietária de terras que as utilizava para a edificação de fazendas com fins indigenistas, enxergamos a instituição inserida na disputa política por terras naquele contexto regional. No campo do jogo político regional, positivistas e missionários circunstancialmente estabeleceriam alianças buscando se beneficiar mutuamente em prol do êxito da administração de seus núcleos indigenistas.

Identificamos no fragmento transcrito outra função estratégica dos postos do Serviço: intervir sobre conflitos interétnicos. As relações sociais de guerra entre dois grupos étnicos distintos passavam a ser intermediadas pela Inspetoria do Serviço a partir da fundação de postos indigenistas na zona geográfica em que ocorriam. Sinalizando a intenção de intervir sobre uma situação social

¹⁰⁶ Os positivistas eram defensores da laicização do Estado combatendo em várias frentes os financiamentos concedidos à Igreja Católica, o que gerava desavenças e reações das congregações religiosas que a representavam. A separação da Igreja em relação ao Estado foi plataforma política vitoriosa do positivismo na estruturação do Brasil enquanto um país republicano. Cf. GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a República**. São Paulo: Hucitec: EDUSP, 1989.

“tradicional” da região - conflitos entre índios Kayapó e índios Bororo – o inspetor nos possibilita compreender um posto indigenista enquanto mediador de relações interétnicas.

Podemos traçar uma analogia com a experiência social do Posto Indígena Utiarity: os grupos indígenas Paresí nucleados neste posto mantinham relações conflituosas com grupos da etnia Nambikwara antes e durante o intervencionismo estatal nas terras habitadas pelos índios. Os indigenistas trabalhadores do posto atuariam enquanto atenuadores dos conflitos entre estas duas etnias.

Tratava-se também de não permitir que a etnia rival interrompesse o trabalho de “pacificação” em curso: além de “pacificar” o comportamento de grupos de uma dada etnia, ao inspetor e aos funcionários locais do Serviço caberia a tarefa de “pacificar” as relações entre grupos étnicos distintos. Contudo, devemos sublinhar que a despeito da intervenção indigenista com a presença da inspetoria na região, os embates interétnicos configurados anteriormente não cessavam de existir, pois eram elementos constitutivos da organização sócio-cultural dos grupos.

Iniciando seus relatos sobre as atividades empregadas no Posto Fraternidade Indígena durante o ano de 1914, José Jardim fornece as informações que julga relevantes:

Como até agora não foi possível obter uma mulher que quisesse estar no Posto à presença dos índios, não fomos ainda visitados pelas índias nem nos foi permitido ingressar em suas aldeias.

Este ano, entretanto, penso, terá lugar este fato promissor de sincera amizade, porque uns empregados pretendem residir no Posto com as respectivas famílias.

Desde que tenhamos essa prova definitiva da confiança dos índios, faremos a mudança da sede do posto para a margem direita do riacho “Cachoeirinha” que fica muito próximo das aldeias e por isso mesmo em situação sem par para cada vez mais aproximarmos as relações.

A mudança além da vantagem apontada, vem tirar a sede do Posto do caráter de instalação provisória, porquanto ali a faremos definitiva.

Não obstante esse resto de desconfiança, perfeitamente justificado, no correr do ano passado, já puderam subir e descer o rio Paraguay, trez lanchas pertencentes à particulares, n’uma das quaes viajava o Engenheiro francês, Eduardo Bucher, da “The Diamantino Gold Dredging Company”, sem maior incômodo que umas intimativas para reconhecimento. Nessas lanchas, por ordem minha para evitar quaesquer precipitações da parte dos respectivos tripolantes, viajavam empregados do Posto, que ao serem reconhecidos pelos índios, eram recebidos com as mais vivas provas de contentamento e passagem franca.¹⁰⁷

¹⁰⁷ Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI. Microfilme 379, fotograma 1069.

O reconhecimento das limitações do trabalho indigenista está claramente expresso no discurso do inspetor. Por meio de proibições dos agentes indígenas os funcionários do SPILTIN não eram autorizados a entrar em suas aldeias. Fica nítida nesta passagem a dimensão das ações indígenas enquanto atitudes que implicariam em reações indigenistas: trata-se de uma inversão do olhar sobre a história convencional, onde os índios apenas reagem às ações indigenistas. Ressalto a iniciativa de ação das populações indígenas, sublinhando que os índios não se portavam passivamente diante dos contatos, mas sim, os protagonizavam. Os grupos indígenas estabeleciam o contato à sua maneira.

Visualizamos também um processo de povoamento em curso. O posto Fraternidade Indígena fora instalado na região em 1913, portanto sua criação era bastante recente na época de escrita deste relatório. Ao apontar que as famílias dos trabalhadores do posto viriam a constituir moradia fixa no local podemos enxergar o adensamento populacional a que seria submetida a região. Podemos até mesmo inferir que a idéia de incorporar ao posto a família dos trabalhadores – suas mulheres e filhos - constituía uma manobra tática da inspetoria, exemplo de reação indigenista à ações indígenas, visando uma maior aproximação com os índios locais e a obtenção da permissão para o ingresso em suas aldeias.

Associações entre interesses políticos do SPILTIN – para além de suas preocupações indigenistas “protecionistas” - e interesses comerciais de empresários estrangeiros podem facilmente ser traçadas a partir da compreensão do processo em curso de exploração dos recursos mineralógicos da região. O inspetor faz menção a um engenheiro francês representante de uma empresa internacional de dragagem de ouro – situada na vila de Diamantino – que fazia o reconhecimento de terras com potencialidade de serem exploradas ao longo do rio Paraguai.

A navegação segura do rio é apresentada como possível por causa da intervenção indigenista naquele espaço geográfico: nas lanchas da companhia de mineração o inspetor ordenara a presença de funcionários do posto indigenista habilitados a negociar com os Umutina locais sempre desconfiados. Passando a imagem de estar preocupado com os grupos indígenas – temendo que os

tripulantes atacassem¹⁰⁸ os índios, caso estes resolvessem impedir a navegação pelo rio que margeava suas aldeias – o inspetor determina a presença dos empregados do Serviço nas lanchas para que atuassem enquanto mediadores. Todavia, nada nos impede de pensar que o inspetor estaria de fato mais preocupado com a segurança física dos tripulantes em benefício do êxito da exploração dos recursos naturais daquele espaço geográfico.

Numa análise crítica das relações entre índios e indigenistas, devemos proceder com cautela a fim de não naturalizar, ou tomar como verdadeiro, o discurso de um agente governamental – como o é o inspetor do SPILT – quando faz referências “as mais vivas provas de contentamento” demonstradas pelos indígenas diante dos representantes do Serviço. O que está em jogo é a construção de uma imagem positiva do Serviço em sua esfera local de atuação através da Inspeção regional. Devemos relativizar estas imagens construídas a fim de perceber a dimensão política dos contatos estabelecidos que eram constituídos por negociações e conflitos circunstanciais.

O terreno do Posto, a pedido do Snr. Coronel Rondon, por acto do governo do Estado, de 6 do corrente mês, foi reservado aos índios Barbados [Umulina], com as seguintes confrontações: rios Paraguay e Bugres, desde sua confluência até os limites das terras de Josetti & Companhia e Benedicto Leite de Figueiredo. É um grande triângulo de boas terras e água abundante, cuja área satisfaz a todas as necessidades, com a grande vantagem de estar próximo de um povoado em via de prosperidade.

Conforme opinião do encarregado do Posto, Snr. Severiano Godofredo de Miranda, estimando pelos índios que visitam a sede, a população das aldeias deve elevar-se a cerca de tresentas almas.

Em princípios do ano findo, o Engenheiro Xavier Junior, da Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso, brindou o Posto com uma barraca de lona, um caldeirão, algodão hydrophilo, gaze, desinfectantes e etc, e recentemente, o Snr. Coronel Rondon, brindou-o também com vários objectos de muita utilidade, como uma moenda de cana, etc, cujo inventário ainda não me veio às mãos.

Desde janeiro do corrente ano, para distribuir convenientemente a verba concedida para a manutenção de dois Postos, com os serviços destes, sem

¹⁰⁸ Devemos fazer referência ao ambiente de tensão social que envolvia as relações entre a sociedade regional não-indígena e a sociedade regional indígena. A reflexão sobre estas situações de conflito, recorrentemente presentes na documentação analisada e abordadas pela bibliografia sobre o tema, nos leva a perceber que os agentes sociais da época – índios e não-índios - andavam sempre armados. Machado cita em sua tese um trecho do relatório de Rondon sobre o contato com índios Paresi: “Além das missangas, distribuí em profusão roupas, facas de todos os tamanhos, machados, foices e enxadas, armas de fogo, pólvora, chumbo, espoletas, ouvidos de espingarda e chaves respectivas.” Ver MACHADO, Maria Fátima Roberto. **Índios de Rondon. Rondon e as linhas telegráficas na visão dos sobreviventes Wáimare e Kaxíni, grupos Paresi.** Tese de doutorado em Antropologia Social. Museu Nacional/UFRJ, 1994, pg.124.

produzir alterações perturbadoras, ordenei ao encarregado de que venho falando, que reduzisse o numero de trabalhadores a cinco homens. Agora o aludido encarregado, avizou-me que o Snr. Coronel Rondon, ao passar no Posto, notou a insuficiência do pessoal e mandou elevar seu numero a dez, o que foi cumprido antes de se me ter avizado.

O Snr. Coronel Rondon, grande e incontestado conhecedor dos serviços da natureza do que, por vossa bondade, aqui mal dirijo, certo agiu conforme a razão sem atender às nossas verbas, que certamente não conhecia; mas o caso é que, sem o reforço de crédito, a ordem não poderá ser mantida, salvo atropelando outros deveres.¹⁰⁹

Rondon, intervindo junto ao governo estadual de Mato Grosso conseguira legitimar a reserva do terreno do Posto Fraternidade Indígena aos índios Umutina. As terras reservadas estão inseridas no processo de territorialização em curso que envolve as relações políticas entre representantes do SPILTIN e as autoridades governativas do estado do Mato Grosso.

Aqui o pedido de Rondon havia sido deferido o que supostamente expressaria uma relação amistosa entre o órgão protecionista e o governo do estado. Entretanto, da mesma maneira que compreendemos o relacionamento dos indigenistas oficiais com os missionários católicos como uma relação estabelecida numa circunstância histórica e política específica, assim também devemos compreender o tipo de relacionamento configurado entre a inspetoria indigenista e o governo estadual. Os acordos políticos eram situacionais: não eram adversários estrito-senso, tampouco amigos recíprocos.

José Jardim afirma que a área demarcada para os índios satisfazia todas as necessidades. Contudo, devemos nos perguntar: satisfazia as necessidades indígenas ou as necessidades indigenistas? É recorrente na formulação de representações sobre grupos étnicos e seus territórios a intenção de construir uma associação entre interesses indigenistas e interesses indígenas. Todavia, deve-se ter em conta que na maioria dos casos estes interesses eram conflituosos.

Os grupos indígenas – fossem eles da etnia Paresí, Nambikwara, Umutina, Bororo ou Kayapó – possuíam territorialidades próprias estabelecidas por seus parâmetros de organização social, configuradas anteriormente ao intervencionismo estatal sobre suas terras. Um processo de desconfiguração

¹⁰⁹ Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI. Microfilme 379, fotograma 1070-1071.

territorial toma espaço a partir da fundação de postos indigenistas e da subsequente demarcação de terras segundo os padrões estatais.

Os grupos étnicos, por sua vez, inseridos neste processo de territorialização “protecionista”, reinventariam novas formas de organização territorial para a coletividade indígena. A despeito da reserva de terras realizadas pelo Estado - supostamente para o benefício dos índios e que implicava numa reorganização social dos grupos indígenas -, simultaneamente também estava em curso um processo de reordenamento territorial realizado pelos índios: uma territorialização indígena que reinventava a ocupação do espaço geográfico diante da formação de uma situação histórica nova constituída pela presença fixa de agentes estatais na região.

O inspetor destaca como uma característica positiva a localização das terras reservadas, por estarem situadas próximas a um próspero povoado. O povoado a que se refere é a vila de Barra do Bugres por onde não raras vezes circulavam os índios do Posto Fraternidade Indígena. Esta circulação dos grupos indígenas pelos povoados, vilas e municípios circunvizinhos dos postos indigenistas nos dá a dimensão da mobilidade indígena sobre o espaço.

Não eram índios presos às matas e florestas ainda que na época suas aldeias pudessem estar situadas em locais de difícil acesso, numa distância longínqua, a um ou dois dias de viagem de barco. Importa ressaltar que os índios habitantes de terras matogrossenses, de uma maneira geral, não viviam isolados: em constante fluxo por diferentes espaços geográficos e sociais, vivenciavam experiências outras que não as vividas nas aldeias – ou nos postos indigenistas - e a elas retornavam modificados pelos intercâmbios culturais gerados a partir do contato com a sociedade regional não-indígena.

Esta troca de experiências culturais não implicava na perda de suas identidades étnicas; tais identidades não são rígidas nem fixas estando em processo de reconfiguração permanente¹¹⁰. Às suas próprias etnicidades os índios agregavam padrões culturais externos de modo selecionado de acordo com suas conveniências.

¹¹⁰ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

O fragmento destacado também nos possibilita tecer uma história das articulações regionais entre os agentes do SPILTN e os agentes da Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMGA). A doação de equipamentos, realizada por um engenheiro da Comissão e pelo seu chefe, em muito contribuiria para aprimorar a infra-estrutura do posto indigenista recém criado. Podemos entendê-la como um investimento da Comissão no posto em prol do desenvolvimento das atividades realizadas junto aos índios locais. Esta contribuição entre distintos aparelhos de Estado voltados para a administração de populações indígenas nos permite enxergar um planejamento conjunto de governo sobre os índios: uma tática circunstancial regional promovida pelos agentes indigenistas locais.

O posto Fraternidade Indígena possuía uma particularidade, já apontada em nota de rodapé no primeiro capítulo desta dissertação: foi um posto fundado pela Comissão Rondon em 1913. Neste mesmo ano sua administração seria transferida para o SPILTN. Tais fatos nos demonstram as aproximações, cumplicidades e articulações institucionais entre os órgãos indigenistas.

Este posto indigenista possui também uma ligação histórica muito forte com o Posto Indígena Utiarity: ele é criado a partir da extensão de um ramal das linhas telegráficas provenientes da estação de Utiarity. Outro fato histórico que conecta a trajetória dos postos é a transferência de índios Paresí nucleados no posto Utiarity para o posto Fraternidade Indígena após a desativação daquele no ano de 1932¹¹¹. Um fator, muito relevante no contexto desta dissertação, os diferenciava entre si: o posto Utiarity não teve sua administração transferida para o SPILTN; esta seria sempre exercida diretamente pela Comissão de Linhas Telegráficas¹¹².

Vislumbramos a partir do relatório, no âmbito regional, o relacionamento entre as três hierarquias do Serviço: o diretor honorário do SPILTN – Cândido Rondon – em contato direto com o chefe do posto indigenista – Severiano Miranda – desarticula o planejamento organizacional do posto realizado pelo

¹¹¹ Alguns índios Paresí já haviam sido levados para viver no Posto Fraternidade Indígena mesmo antes da extinção de Utiarity. O “Fraternidade” tinha como especificidade a característica de ser um posto multi-étnico, onde os indigenistas agrupavam indígenas de distintas etnias. Ver obra citada de Lucybeth Camargo de Arruda.

¹¹² As implicações inerentes a este fato serão vistas no próximo capítulo.

inspetor da região – José Jardim. Este sinaliza as discrepâncias entre as ordens de Rondon e a realidade financeira da Inspetoria.

Cabe-nos apontar a presença fiscalizadora do coronel Rondon na região e as implicações desta não apenas nas relações entre chefes da Inspetoria e encarregados de postos, mas também nas articulações entre as equipes das estações telegráficas (no sul e norte do estado) e as equipes do SPILTN atuantes no âmbito local.

Sobre os serviços da inspetoria no sul do estado do Mato Grosso o inspetor nos relata:

Existem no Sul além desses índios Terenas e Cadeuús que devem ser reconduzidos às respectivas aldeias transformadas em Posto, sem contar os do vale do rio Paraná, diversos Chavantes espalhados em muitos pontos, também carecedores de proteção.

Neste caso está o grupo de 35 índios dessa tribo, que estava na fazenda “Boa Esperança” e por ordem vossa em telegrama nº7 de 8 de janeiro último, foram localizados na fazenda “Boa Vista”, ambas no município de Aquidauana; mas que ali não ficarão porque, desde muito tempo, esse e outros grupos de índios, vem fluctuando n’aquella região, tocados por conselhos interesseiros e malévolas sugestões, contra as quais nada podemos sem recursos muito poderosos.

O grupo de Chavantes que mandastes localizar na fazenda “Boa Vista”, é o mesmo que habitava no vale do rio Negro e que, sob pretexto de desavenças com os da mesma tribo, do Posto do Ivinhema, abandonou sua residência e depois de muito vaguear atrás de aventureiros sem escrúpulos, foi abandonado na fazenda “Boa Esperança.”¹¹³

Outra modalidade de territorialização indigenista pode ser percebida através do documento: a transformação de aldeias indígenas em postos indigenistas. Este tipo de apropriação do espaço geográfico de habitação indígena para a construção de uma unidade administrativa indigenista possui um caráter invasivo ainda maior. Não se tratava da instalação de um posto nos arredores das aldeias visando a aproximação gradual, mas sim de uma intervenção direta sobre as moradias indígenas.

A justificativa oficial que legitima o intervencionismo governamental e a territorialização do espaço e das populações indígenas está sempre presente: os índios representados como carecedores de proteção. Exercendo sua função institucional de localizar trabalhadores “nacionais”, o inspetor localiza grupos indígenas trabalhando em fazendas da região. José Jardim sinaliza a necessidade

¹¹³ Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI. Microfilme 379, fotograma 1073-1074.

de intervir sobre a utilização do trabalho indígena pelos fazendeiros locais, buscando agir desta forma para “proteger” os índios das explorações a que eram submetidos.

Subjacente a esta idéia está a convicção de que os índios sob o cuidado paternalista do Estado estariam em melhores condições; supostamente ser-lhes-iam oferecidas condições de vida e de trabalho mais dignas do que aquelas sob as quais viviam nas fazendas. Na prática a idéia não se concretizava sendo os indígenas submetidos a práticas de trabalho tão exploratórias quanto as usuais¹¹⁴.

Outro ponto a ser frisado diz respeito às mencionadas desavenças entre indígenas do mesmo grupo étnico; elemento fundamental para a compreensão da complexidade da dinâmica social daquele ambiente regional. Podemos mais uma vez perceber que um dado grupo étnico não constitui uma homogeneidade: dentro de uma mesma etnia os grupos são motivados por interesses discordantes.

Certamente este era um fator que dificultava o trabalho da inspetoria visto que esta divergência de interesses entre os próprios grupos indígenas interferia no desenvolvimento das atividades dos postos indigenistas. Os embates entre os índios atraídos pelos agentes dos postos e os indígenas que rechaçavam uma maior aproximação com os indigenistas prejudicavam diretamente os planos da administração estatal. As ações indígenas ocasionariam o replanejamento do trabalho indigenista.

Após traçar considerações sobre os grupos indígenas do sul do estado, o chefe da inspetoria passa a discorrer sobre os índios situados em outros pontos do Mato Grosso:

A grande tribo dos Bororos, tão conhecida e tão explorada desde sua submissão, por quantos procuram insinuar-se no conceito da civilização como obreiros da grande cruzada da redempção da raça indígena brasileira, não obstante os esforços feitos por esta inspetoria, desde sua fundação, para reuni-la na Povoação Indígena São Lourenço, em sua maioria, continua espalhada em aldeias nos vales dos rios S. Lourenço e Cuiabá, em estabelecimentos particulares, inclusive os dos PP. Salesianos, ou perambulando pelo vasto sertão à leste de Cuiabá.

A despeito do seu constante trato com a civilização, os índios desta tribo, conservam, em grande parte, os seus primitivos hábitos, de modo que, alguns delles, mesmo dos que viveram entre famílias civilizadas e de trato distinto, uma vez no sertão, alternam o vestuário secular, com os enfeites com que se adornam os selvagens.¹¹⁵

¹¹⁴ Ver obra citada de Maria Fátima Roberto Machado.

¹¹⁵ Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI. Microfilme 379, fotograma 1076.

Aqui vemos o inspetor tecendo uma auto-representação da inspetoria e se incluindo na categoria dos “obreiros responsáveis pela redenção dos índios brasileiros”. Refere-se ao trabalho indigenista como uma grande cruzada: imagem simbólica forte que nos revela as pretensões grandiosas de tal empreendimento que visava impor a supremacia de um dado modo de ser – representado por um projeto idealizado de sociedade nacional – sobre modos de ser diferenciados – representados pela organização social própria dos grupos étnicos indígenas.

Redimir a raça indígena brasileira: eis o modo pelo qual o inspetor compreende suas ações de governo sobre os índios. A idéia de libertação dos índios a ser promovida pelo SPILTN constitui um imaginário fortemente arraigado na concepção dos agentes indigenistas. Aqui se faz novamente presente a idéia de uma dívida social a ser sanada pelo Estado brasileiro agora consciente de todo mal acometido aos índios no passado.

Enquadrar a diversidade cultural e a pluralidade étnica dos povos indígenas habitantes do Brasil – que seja ressaltada a consciência dos indigenistas sobre esta diversidade e pluralidade - na categoria de “raça indígena” nos remete a percepção dos agentes sociais da época que os enxergavam como um todo homogêneo. Não podemos deixar de atentar que nas décadas iniciais do século XX o conceito de raça era amplamente difundido pelo campo científico e pela sociedade; socialmente aceito constituía a forma mais usual e recorrente de se pensar e de se referir a diferentes culturas.

No fragmento destacado, José Jardim expõe uma questão que reflete uma grande preocupação da inspetoria. Os índios eram vistos como nômades, vivendo espalhados e dispersos pelo espaço geográfico o que dificultava a sua centralização e sedentarização nos postos indigenistas instalados na região. O inspetor apontava assim, uma vez mais, os obstáculos que entravavam as atividades do SPILTN: os modos de ser indígenas desorientavam as ações indigenistas.

Ao mencionar que até mesmo os indígenas que haviam estabelecido um contato sólido com a sociedade “civilizada”, vivendo sob padrões culturais “civilizados”, quando retornavam às suas aldeias readquiriam hábitos

“primitivos”, o inspetor nos demonstra uma incompreensão da alteridade. Uma dificuldade de diagnosticar aquilo que vê: uma incapacidade de entendimento que o leva a formular símbolos de diagnóstico compatíveis com sua visão de mundo¹¹⁶.

A vivência junto aos indígenas poderia levar o inspetor a questionar seus pressupostos positivistas de compreensão do mundo social. Os índios pareciam insistir em recuar diante da sequência progressiva da linha civilizatória imaginada pela doutrina. A cada sinal de progresso dado pelos índios rumo à civilização vinha junto um sinal de retrocesso como se os indígenas persistissem em permanecer na primitividade. O que o fragmento nos revela é a apropriação de costumes externos pelos índios sem deixar de lado hábitos culturais próprios aos grupos. Os agentes históricos indígenas incorporavam seletivamente às suas vestimentas “tradicionais” vestuários representativos de uma cultura material externa.

Antigos aldeados da extinta Colonia Izabel, que existiu acima do actual aldeamento, habitam eles terras que, numa superfície de dez mil hectares, lhes pertencem por doação feita pelo Presidente Murinho, em 8 de janeiro de 1894, como ressarcimento das terras da dita Colonia que foram vendidas à particulares. Essa doação, entretanto ainda não está completa, porquanto falta o governo do Estado fazer a devida medição. Sobre este assumpto, o ano passado, secundado pelo nosso companheiro Alencarliense e pelo digno amigo do Serviço, Snr. Tenente Octávio Pitaluga, pedi providências à repartição competente, afim de evitar conflictos de interesses com fazendeiros vizinhos.

O meu pedido não teve solução; mas o Snr. Tenente Pitaluga, que é membro da Assembléia Estadual, vai apresentar um projeto de lei tendente a facilitar o caso. Para qualquer novo procedimento esta Inspectoria aguarda a decisão da mesma Assembléia.¹¹⁷

Por este fragmento podemos compreender melhor as dinâmicas históricas sobre a situação legal das terras ocupadas por índios. Uma história de doações e vendas de terras, de ressarcimentos, de medições a serem realizadas a fim de evitar conflitos. É a territorialização enquanto uma ação jurídica que norteia o foco da preocupação do funcionário indigenista. É relevante que tenhamos uma compreensão da dimensão jurídica do processo de territorialização para que

¹¹⁶ Cf. GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

¹¹⁷ Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI. Microfilme 379, fotograma 1077.

possamos nos apropriar melhor do conceito ao compreendê-lo em suas dimensões sociais e culturais.

Fazendeiros locais e deputados estaduais são agentes sociais que compõem a população regional não-indígena e que estão diretamente envolvidos nas questões indigenistas. Compreender as alianças e conflitos que se configuram entre a inspetoria do SPILTIN e tais agentes é de grande relevância para que tenhamos uma visão mais abrangente de tudo o que permeia as relações estabelecidas entre funcionários dos postos indigenistas e sociedades indígenas da região. Desta maneira podemos traçar melhores associações entre o local e o regional.

Os habitantes destas aldeias, juntamente com outros índios que vivem, sem pouso certo, agregados em toda parte, inclusive nas fazendas salesianas, pela sua condição de infelizes entre os infelizes, são, entre todos, os que mais precisam de atenção, porque, vivendo à lei do acaso, estão sempre prontos para acompanhar o primeiro explorador que lhes acena com insignificâncias que ordinariamente não recebem. Mal aconselhados, para serem melhor explorados, esquivam-se à fiscalização desta Inspeção quando tomam serviços de particulares e, só depois de muito explorados é que recorrem à nossa ação. Daí a necessidade de uma constante vigilância que, ainda assim, por falta de tudo, inclusive de autoridades que não participem dos hábitos dos exploradores, que não pratiquem os mesmos crimes, falha, em muitos casos. (...)

Em março deste ano, dito indivíduo [Pedro Pinheiro, ex-diarista do SPILTIN despedido da Povoação Indígena São Lourenço], acobertando-se com a autoridade do cidadão presidente do Estado, a quem até telegraphou dando contas do fracasso do que ele chamou 'nosso plano', voltou à S. Lourenço afim de conduzir outros índios, sob pretexto de irem trabalhar em uma fazenda da dita autoridade, a quem, aliás, eu e o Snr. Tenente Alencarliense, tínhamos já desiludido do serviço dos índios, como trabalho econômico.¹¹⁸

Mesmo dentro deste cenário desolador de exploração habilmente construído no discurso do inspetor conseguimos reconhecer autonomia nas ações indígenas. Os grupos indígenas sabiam se utilizar dos serviços da Inspeção para fins próprios. A ação de se esquivar e recorrer à Inspeção no momento conveniente a partir de uma determinada circunstância nos indica a capacidade dos indígenas de captar a dinâmica social em curso e revertê-la em seu favor. Mantendo relações tanto com fazendeiros quanto com inspetores os índios selecionavam, como lhes convinha, os agentes sociais com os quais estavam dispostos a interagir.

¹¹⁸ Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI. Microfilme 379, fotograma 1077-1078-1079.

Apesar de atuarem enquanto empregados de fazendas locais e postos indigenistas, certamente submetidos a regimes de trabalho exploratórios, os índios sabiam circular entre os mundos dos não-índios, por vezes até colocando os agentes externos em conflito entre si. Pela análise do fragmento, percebemos que os grupos indígenas possuíam a consciência de que havia um órgão de governo responsável por sua proteção, pois assim deviam se identificar os agentes indigenistas locais quando em contato com os grupos. Do SPILTIN os índios sabiam se utilizar conforme seus próprios interesses¹¹⁹.

O relatório do inspetor também se apresenta como um instrumento de denúncia: autoridades regionais são descritas como criminosas, e assim é representada também a mais alta autoridade governativa estadual, o presidente do estado do Mato Grosso. A referência feita a ele enquanto proprietário de fazendas nas quais eram explorados trabalhadores indígenas diz respeito ao tamanho das dificuldades encontradas pelo inspetor indigenista num momento inicial de estruturação da Inspeção do Serviço em Mato Grosso. Aqui as relações políticas com o governo estadual não se apresentam tão amistosas quanto aparentavam ser em outras passagens destacadas do documento: vale enfatizar o caráter circunstancial das relações.

Dos índios que vivem fora da Povoação, durante o ano de 1914, esta Inspeção recebeu a visita de 427 indivíduos de ambos os sexos, e, este ano, já vieram 48 almas.

Essas visitas, sempre motivadas por necessidades de roupas, artigos de pesca, de caça, alimentos, medicamentos, cuidados médicos e etc. pesam consideravelmente nas nossas verbas.

Com os cortes que o Serviço sofreu, este ano não será possível fazer essa assistência e, por isso mesmo, iremos presenciar o espetáculo mais degradante que se pode imaginar: os índios nus ou semi-nus, implorando a caridade pública pelas ruas desta Capital.

Como informação, creio ter dito o bastante sobre os índios em contacto com a civilização que habitam as zonas de serviço a meu cargo. Dos índios que vivem na quarta zona, que estão directamente a cargo do Snr. Coronel Rondon, bem dirá este digno e intemerato Chefe.¹²⁰

¹¹⁹ Sobre a capacidade dos índios de articularem-se em meio aos registros e as regras dos não-índios, resguardando seus interesses ver ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

¹²⁰ Serviço de Arquivos do Museu do Índio/FUNAI. Microfilme 379, fotograma 1079-1080.

O que atraía os índios aos postos indigenistas era a busca por artigos, mercadorias, alimentos e medicamentos dos quais começavam a se ver dependentes a partir da intervenção do Estado sobre suas terras. A territorialização dos grupos indígenas, da maneira como era praticada, reforçava o grau de marginalização dos índios visto que a demanda indígena por bens materiais da sociedade “civilizada” não era suprida pela oferta indigenista. A mendicância indígena em plena Cuiabá, capital do estado e sede da inspetoria, colocava o SPILTN em descrédito frente à sociedade regional, arranhando a imagem do Serviço, o que muito deveria afligir o inspetor, responsável que era, por positivá-la.

José Jardim nos fornece importantes informações acerca da organização administrativa da Inspetoria. Ele nos aponta que a quarta zona administrativa não é de sua alçada. A mencionada quarta zona provavelmente corresponde à região noroeste do Mato Grosso, onde simultaneamente atuava a Comissão Rondon. O Território Indigenista Utiarity estava localizado nesta região administrativa do SPILTN, porém, não cabia a Inspetoria indigenista fiscalizá-lo, nem formular relatórios sobre suas atividades, pois o seu comando era exercido diretamente pelo coronel Rondon.

Ao longo do capítulo pudemos perceber como através de um relatório da Inspetoria indigenista do Mato Grosso, podemos enxergar muito além da relação entre índios locais e o estado nacional. Os diversos grupos étnicos, os funcionários indigenistas, os missionários, as autoridades, os fazendeiros e demais agentes sociais compõem um quadro social regional amplo em constante interação. Vislumbrando a complexidade da dinâmica social da região, as políticas indígenas e as políticas indigenistas se apresentam imersas num contexto político mais abrangente. Ao mesmo tempo, interferiam diretamente na construção histórica daquele espaço geográfico e social.